

BIBLIOTECA

MILITAR CRISTÃO

MANUAL DE APOIO

PARTE 2 - CAPÍTULOS 6 A 10

**VIDA NOVA COM JESUS:
A FÉ DO MILITAR
CURSO AVANÇADO**

1ª Edição
2014

BIBLIOTECA

MILITAR CRISTÃO

MANUAL DE APOIO

PARTE 2 - CAPÍTULOS 6 A 10

Número: _____ Posto/Graduação: _____

Nome de Guerra: _____

Unidade/OM: _____

**VIDA NOVA COM JESUS:
A FÉ DO MILITAR
CURSO AVANÇADO**

Duração: 36 estudos, distribuídos em 10 capítulos

Organização
Cleber Olympio

1ª Edição
2014



**Este é um
MANUAL “ALFA”
Destinado ao fornecimento de suporte específico às uniões
militares evangélicas e pessoalmente ao cristão militar.**

PORTARIA Nº 58, DE 3 DE MARÇO DE 2014.

*Aprova a inclusão do Manual de Apoio A-6, 1ª Edição, 2014,
como integrante da Biblioteca Militar Cristão.*

O administrador do sítio “Militar Cristão”:

Em cumprimento ao disposto no inciso III do art. 3º da Norma Geral Administrativa nº 9, de 2013, faço saber aos interessados o seguinte:

Art. 1º. Aprova-se, com esta portaria, a inclusão do Manual de Apoio A-6, intitulado “**Vida Nova com Jesus: A Fé do Militar – Curso Avançado**”, 1ª Edição (2014), como integrante da Biblioteca Militar Cristão, disponibilizando-se o mesmo, a partir da presente data, na subseção “Download – Documentos” para franquear seu acesso aos usuários do sítio.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campinas, 3 de março de 2014.

CLEBER OLYMPIO

Administrador - Sítio Militar Cristão

(Publicado em 03/03/2014 no hipertexto <<http://www.militarcristao.com.br/redirect.php?id=791>>).

**Orientações sobre o planejamento deste Curso Avançado:
consulte o Manual de Apoio A-7.**

ÍNDICE DOS ASSUNTOS**2ª Parte – Manual A-6**

	Pág.
INSTRUÇÃO PRELIMINAR	IV
CAPÍTULO 6 – O CONHECIMENTO DA ORDEM DA SALVAÇÃO	6-1
ARTIGO I – DA GRAÇA DIVINA	6-1
ARTIGO II – PREDESTINAÇÃO E CHAMADO À SALVAÇÃO	6-3
ARTIGO III – REGENERAÇÃO, CONVERSÃO, JUSTIFICAÇÃO E ADOÇÃO	6-14
ARTIGO IV – SANTIFICAÇÃO, PERSEVERANÇA, MORTE FÍSICA E GLORIFICAÇÃO	6-16
ARTIGO V – ATIVIDADES COMPLEMENTARES	6-18
CAPÍTULO 7 – O CONHECIMENTO DO DINAMISMO DA VIDA CRISTÃ	7-1
ARTIGO I – FÉ, ESPERANÇA E AMOR	7-1
ARTIGO II – LIBERDADE CRISTÃ E SEUS LIMITES	7-6
ARTIGO III – INICIATIVA E BOAS OBRAS	7-12
ARTIGO IV – ÉTICA CRISTÃ	7-13
ARTIGO V – ATIVIDADES COMPLEMENTARES	7-15
CAPÍTULO 8 – O CONHECIMENTO DA VIDA CRISTÃ EM COMUNIDADE	8-1
ARTIGO I – A IGREJA COMO PROJETO DE CRISTO	8-1
ARTIGO II – MEIOS DE GRAÇA	8-9
ARTIGO III – LOUVOR, ADORAÇÃO E ENSINO DA PALAVRA	8-15
ARTIGO IV – DONS ESPIRITUAIS	8-16
ARTIGO V – ATIVIDADES COMPLEMENTARES	8-17
CAPÍTULO 9 – O CONHECIMENTO DA VIDA CRISTÃ ALÉM DA COMUNIDADE	9-1
ARTIGO I – MATRIMÔNIO, FAMÍLIA E RELACIONAMENTOS INTERPESSOAIS	9-1
ARTIGO II – COMPROMISSOS PERANTE A NAÇÃO E O MUNDO, MISSÕES E EVANGELISMO	9-4
ARTIGO III – ATIVIDADES COMPLEMENTARES	9-5
CAPÍTULO 10 – O CONHECIMENTO DOS ÚLTIMOS DIAS E DE UMA NOVA CRIAÇÃO	10-1
ARTIGO I – A SEGUNDA VINDA DE CRISTO E O DIA DO JULGAMENTO	10-1
ARTIGO II – NOVOS CÉUS E NOVA TERRA	10-6
ARTIGO III – ATIVIDADES COMPLEMENTARES	10-7

INSTRUÇÃO PRELIMINAR

O presente curso de instrução avançada na fé cristã tem por finalidade esclarecer pontos importantes acerca da carreira com Jesus, já examinados por quem detém aptidão suficiente para entender, viver e praticar na prática e passar os ensinamentos básicos da fé cristã. É desejável que o instruído já tenha sido submetido à instrução básica, conforme programa desenvolvido pelos Manuais de Apoio A-1 e A-2.

Composto pelos Manuais de Apoio A-5 (1ª Parte – Capítulos 1 a 5), A-6 (2ª Parte – Capítulos 6 a 10) e A-7 (Suplemento Didático), este curso foi concebido como instrução individual de natureza indutiva, embora ele possa ser ministrado em grupos pequenos, no contexto da união militar evangélica. Cada Capítulo é composto de 4 Artigos, mais aquele destinado às Atividades Complementares, no total de 36 estudos.

Outras recomendações se fazem necessárias:

(a) Assim que tiver em mãos este Manual, leia atentamente o Artigo proposto, acompanhando, em seguida, as “Passagens bíblicas para estudo” correspondentes e constantes de tabela nas Atividades Complementares presentes no final de cada Capítulo.

(b) Consulte o Anexo I ao Manual A-7 (Suplemento Didático) para compreender a forma pela qual as passagens bíblicas são anotadas.

(c) É de sua responsabilidade executar a tarefa de “Leitura bíblica obrigatória”, marcando com uma *gaivota* (✓) no campo do quadro correspondente ao trecho bíblico recomendado, na Tabela do Anexo II ao Manual A-7 (Suplemento Didático) quando concluída. Fique atento aos *bizus* contidos em cada Capítulo. Não é necessária a leitura de todo o livro bíblico sugerido, ou de passagens além das recomendadas. Ao final desse programa, você terá lido a Bíblia inteira em um ano.

(d) Ao encerrar um *capítulo inteiro* (a cada 4 artigos, portanto), realize a tarefa do “Estudo Indutivo”, tendo-a completamente resolvida antes de passar à próxima etapa. As questões são autoexplicativas, dispensando gabarito. Há, também, um Exercício de Instrução Prática (EIP) no Manual A-7, a ser feito na conclusão do Curso.

(e) Não é necessário o estudo prévio dos tópicos posteriores.

(f) Em caso de dúvidas sobre os assuntos tratados, bem como outros relevantes para seu caminho com Jesus, procure por algum irmão de confiança, no contexto da própria união militar evangélica.

Que Deus te abençoe. Aproveite a oportunidade.

“PREPARAR PARA PROGREDIR E FAZER PROGREDIR!”

O Editor

CAPÍTULO 6

O CONHECIMENTO DA ORDEM DA SALVAÇÃO

ASSUNTO	FINALIDADE
Examinar a posição cristã, única verdadeira, sobre o modo pelo qual Deus salva pecadores.	Conhecer como se dá o processo de salvação, desde a escolha divina até a glorificação final, bem como perceber que ela é dependente de Deus, somente.

ARTIGO I

DA GRAÇA DIVINA

6-1. CONCEITO E CARACTERÍSTICAS

A ação divina tem sido demonstrada ao longo desse tempo, em especial como o todo provedor da criação. A criatura humana, pelo contrário, merece apenas a condenação de seu Criador; mesmo assim, o Criador lhe provê tudo o que ela precisa, atendendo a um propósito ou finalidade. Essa provisão não depende da ação ou de qualquer suposto mérito da criatura, senão é uma outorga divina, um favor, denominado *graça*.

Nos dizeres de uma definição famosa de Alexander Whyte⁴⁵, “a graça é de graça, isto é: ela é soberana, livre, certa, incondicional e eterna”. Examinando essa definição de maneira mais específica, tem-se que a graça é:

- (a) **Soberana**, pois envolve um ato soberano de Deus.

⁴⁵ Pregador escocês (1836-1921).

(b) **Livre**, pois é dada por Deus por amor de si mesmo e de sua bondade.

(c) **Incondicional**, pois é dada por Deus a quem ele quiser conferi-la.

(d) **Certa**, pois ela é ministrada com destinatário determinado.

(e) **Eterna**, pois ela é perene, durando para sempre e sem possibilidade de interrupção.

Não fosse a graça, a pena de morte ocasionada por uma única transgressão pecaminosa poderia ser executada imediatamente – e em alguns casos o é, como no de Ananias e Safira, perante a grave falha que cometeram diante da comunidade de crentes em Atos 5. Essa graça – e somente ela –, portanto, é a razão pela qual o ser humano em geral não é consumido por conta de seu pecado.

6-2. DISTINÇÃO ENTRE GRAÇA COMUM E GRAÇA SALVÍFICA

Pela graça, as bênçãos envolvidas são inumeráveis: afinal, a provisão divina é completa, suficiente, conferida por alguém que sabe o que dar na hora em que deseja dar, sem ter com quem se aconselhar para bem prover às suas criaturas.

Essa graça, distribuída a toda a criatura humana, é denominada **graça comum**. Exemplos dela se encontram na própria natureza, em haver prosperidade até mesmo na casa de ímpios, o desenvolvimento moral e de virtudes, a existência de um controle social baseado na autoridade, e o próprio senso religioso humano⁴⁶. Com a graça comum, Deus é mostrado como sendo bom, justo, misericordioso, digno de toda a glória por seus grandes feitos, ainda que estes não sejam reconhecidos pela criatura rebelde e morta em seus delitos e pecados. Há, no entanto, que se diferenciar entre essa graça comum e a **graça salvífica**, ou especial: esta é a graça que produz salvação na pessoa que dela for alvo.

São três os aspectos da graça salvífica:

- Ela salva do pecado *para* as boas obras, *não através* das boas obras;
- Ela ensina o crente a discernir verdadeiramente entre o bem e o mal, capacitando-o a viver em santidade;

⁴⁶ Essa graça comum é a que responde a pergunta: “Por que o ímpio prospera?”. Vê-se que a ministração da graça comum não depende da fidelidade ou mesmo da criatura relevar a existência de Deus; o Senhor a confere por ele ser bom e para atender aos seus propósitos santos. Outra consequência prática é o fato de o crente não estar autorizado a rejeitar as obras advindas da graça comum, pois Deus pode usar um ímpio como fonte de bênçãos a vida dos crentes: assim foi com reis incrédulos, que auxiliaram o povo hebreu nos propósitos de Deus, como Dario, Ciro, Xerxes, Nabucodonosor, dentre outros. A própria parábola do juiz iníquo é um exemplo claro de que Deus usa pessoas más, tornando-lhes o mal em bem.

▪ Ela diferencia o crente como alguém integrante da Nação Santa, “povo de propriedade exclusiva de Deus”.

A diferença essencial entre a graça comum e a salvífica é que somente a salvífica transforma a vida do indivíduo, por completo. O cristão somente é quem é por causa da graça.

6-3. CORRELAÇÃO ENTRE GRAÇA E LEI

Não fosse a graça, a lei seria o único parâmetro do homem, e esta tem o papel de demonstrar ao homem sua pecaminosidade e a sua incapacidade de se aproximar de Deus pelo esforço próprio. A transgressão de um único mandamento da lei torna o homem maldito e culpado por toda a lei.

Visto que o cumprimento todo da lei é impossível ao homem, a ministração da graça salvífica dependeu de um agente externo ao próprio homem. No entanto, a lei, dado seu caráter perpétuo, não pode ser violada; logo, alguém teria de se oferecer como paga pelos pecados humanos sem, evidentemente, ele mesmo ser um pecador. Esse alguém é Cristo: ele se deu como sacrifício, satisfazendo os requisitos de justiça da lei, sendo ele plenamente humano, tornando-se maldição no lugar do homem por quem ele morreu⁴⁷. Por causa desse sacrifício é que o cristão tem livre acesso ao trono da graça, conforme diz a Bíblia.

Dessa forma a graça não anula a lei, e sim providenciou a satisfação de toda a lei, por meio de Cristo e sua obra redentora.

ARTIGO II

PREDESTINAÇÃO E CHAMADO À SALVAÇÃO

6-4. ELEIÇÃO OU PREDESTINAÇÃO

6-4-1. INTRODUÇÃO

A maior e mais injustificada polêmica dentro do cristianismo é causada pela má compreensão de uma das principais doutrinas bíblicas: a *eleição*, ou *predestinação*. Pelos fundamentos até agora expostos, é evidente que Deus age de forma soberana, através da ministração de sua graça, a

⁴⁷ HODGE (2001:844) enfatiza que o valor do sacrifício de Cristo está ligado à sua infinita dignidade, isto é, Cristo não teve que sofrer, nem em gênero ou grau, o que o pecador teria de ter suportado. Deus não sofreu em Cristo, exceto na pessoa de Cristo. Somente Cristo, sendo Deus e homem, poderia ser o mediador desse novo pacto, e o fez por meio de um sacrifício vicário qualitativo, não quantitativo.

fim de salvar os pecadores a quem ele quiser conceder salvação, sem a qual estes estariam irremediavelmente perdidos por toda a eternidade.

Predestinação é o ato soberano de escolha, por parte exclusiva de Deus, que determina quem será salvo, dentre toda uma humanidade já condenada à perdição eterna. Outra forma de definir a predestinação é a separação, num momento antes de tudo vir a acontecer, de um remanescente da humanidade, sobre o qual recairá a salvação divina⁴⁸.

O destino do homem está, dessa forma, determinado antes mesmo de ele nascer. Assim, é imprópria a pergunta “céu ou inferno: qual sua escolha?”, visto que essa escolha é realizada pelo próprio Deus soberano, sem qualquer interferência humana. Por mais que a lógica humana diga o contrário, **o homem não é dono de seu próprio destino eterno.**

A predestinação marca o início da chamada “Ordem da Salvação”, ou *Ordo Salutis*, ou mesmo “Plano da Salvação”, que envolve sucessivamente estas etapas:

ORDEM DA SALVAÇÃO (ORDO SALUTIS)

PREDESTINAÇÃO ⇒ CHAMADO À SALVAÇÃO ⇒ REGENERAÇÃO ⇒
 CONVERSÃO AO EVANGELHO ⇒ JUSTIFICAÇÃO PELA FÉ EM CRISTO ⇒
 ADOÇÃO COMO FILHO DE DEUS ⇒ SANTIFICAÇÃO ⇒ PERSEVERANÇA ⇒
 MORTE (FÍSICA) ⇒ GLORIFICAÇÃO

6-4-2. FUNDAMENTOS

O principal fundamento da predestinação é a **soberania de Deus sobre toda a criação**. Tudo, afinal, é resultado do agir livre e soberano de Deus, conforme já visto dentre seus atributos (subitem 1-7-1, Capítulo 1), capaz de dispor decretos que reflitam sua vontade (Capítulo 5). A soberania de Deus é absoluta: não depende de aceitação humana para existir ou para ser exercida. Agir menos do que o soberano age é deixar de ser so-

⁴⁸ Uma controvérsia existente no meio reformado é relacionada ao momento em que Deus decretou a eleição de alguns seres humanos para a salvação: se antes ou depois da queda. A primeira posição, chamada de *supralapsarianismo*, alega que Deus elegeu uns e condenou outros, criou e permitiu a queda; a segunda, chamada de *infralapsarianismo*, alega que Deus criou, permitiu a queda e, aí sim, ele escolheu uns e rejeitou os demais. Sem que se busque um posicionamento dirimente sobre o assunto, mesmo numa análise mais longa, entendemos que a posição supralapsariana é a mais acertada, pois ela pressupõe que Deus saiba o antes, depois e o que vem além do depois na história da criação, queda e redenção humana, ao passo que a posição infralapsariana, ainda que largamente adotada no meio reformado (Confissão de Westminster e Cânones de Dort, por exemplo), sugere que Deus tenha editado um decreto de escolha *em função da queda*, como se ele não a tivesse previsto. No exercício da soberania divina, entretanto, não se admite “elemento surpresa”.

berano, e nem se diga que Deus o faria por “amor ao homem”. Sem o exercício pleno de soberania, Deus simplesmente não seria Deus. *Não existe soberania humana, nem a expressão “livre-arbítrio” na Bíblia.*

Conforme também já visto (item 5-4, Capítulo 5, alínea a), Deus, mesmo no exercício pleno de sua soberania, não pode ser tido como autor do mal, do pecado, ou que seus decretos esvaziem a responsabilidade humana, pois – em tese – prejudicariam a livre agência da criatura. Em verdade, essas suposições são levantadas pelos principais opositores à doutrina bíblica da predestinação, os remonstrantes, comentados a seguir.

O segundo fundamento da predestinação é a **graça de Deus**, incidente sobre a criação de forma geral e, se produtora de salvação, especificamente àqueles indivíduos abrangidos pelo decreto de Deus. A graça não pode ser necessariamente imputada a todos, pois isso lhe tiraria a liberdade de concessão, tampouco obrigatória a todos, pois do contrário não seria graça⁴⁹. *Deus não trata a todos da mesma maneira, indistintamente*, e nem por isso ele deixa de ser justo: a mesma bênção que caiu sobre Daniel não deve ser, necessariamente, a que possa ou não ter recaído sobre Nabucodonosor. É necessário considerar que se Deus não quisesse ministrar sua graça salvífica a ninguém, ele continuaria bom, justo e amoroso como sempre. Dessa forma, graça e amor andam juntos, sendo aquela um fruto genuíno desta atitude divina.

O terceiro fundamento da predestinação é a **vontade de Deus**. O homem decaído, relegado à sua própria vontade igualmente decaída, jamais escolheria a Deus, ainda que, no inferno, preferisse ter seu fantasioso “livre-arbítrio” violado a ficar eternamente na perdição. Assim, Deus age proporcionando, livre, completa e definitivamente, a salvação a quem ele quiser, conforme o conselho de sua vontade. A misericórdia divina é demonstrada ao lado da justiça divina, mas nunca da injustiça: Deus escolhe fazer justiça à grande maioria, e a alguns a “não justiça”, ou misericórdia.

Conforme também já mencionado (item 5-4, Capítulo 5, alínea c), a soberania divina não contraria a responsabilidade humana: ela nega, entretanto, o caráter absoluto da *autonomia* e liberdade humanas. Nenhuma criatura nesse universo é totalmente livre, ou está à margem do controle divino. Não há, nesse contexto, qualquer violação à liberdade humana, senão que esta é válida até certo ponto: a decisão de se aproximar de Cristo é conferida por meio da fé, obra do Espírito na criatura *já* regenerada, que livremente buscará ao Senhor; por outro lado, a decisão de rejeitar a Cristo virá livremente de um coração relegado à própria natureza decaída, eternamente inimiga de Deus.

⁴⁹ Há, aqui, duas ramificações do universalismo: o real, em que todos são salvos indistintamente por Cristo, no fim dos tempos; e o hipotético, em que Deus abriria a salvação a todos que “aceitassem a Cristo”, salvando somente aos que concordarem com esse chamado. Ambos, porém, são heresias que não têm fundamento nas Escrituras.

6-4-3. CARACTERÍSTICAS

Sem dúvida, a doutrina da predestinação é uma das mais *humilhantes* da Bíblia. Isso, no entanto, não lhe tira sua veracidade e propriedade. A *predestinação coloca o homem no seu devido lugar*, dando-lhe a dimensão da gravidade do seu pecado, do seu irremediável afastamento de Deus, da sua falta de merecimento de qualquer porção da graça divina e da sua incapacidade de voltar a Deus por meios próprios. As principais características da predestinação, e da salvação como um todo, são enunciadas resumidamente pela sigla ou acróstico de origem inglesa TULIP⁵⁰, com esse significado:

CINCO PONTOS DO CALVINISMO – SIGLA “TULIP”

- T** ⇒ *Total depravity (of man)* ⇒ Depravação total
U ⇒ *Unconditional election* ⇒ Eleição incondicional
L ⇒ *Limited atonement* ⇒ Expição limitada
I ⇒ *Irresistible grace* ⇒ Graça irresistível
P ⇒ *Perseverance (preservation) of saints* ⇒ Perseverança dos santos

Pela ordem, os enunciados são os seguintes:

(a) Depravação total: o homem, dada sua condição espiritual de morto perante Deus, não tem como se aproximar dele, nem desejar ser salvo, nem de fazer qualquer tipo de bem, sem a ajuda soberana de Deus.

(b) Eleição incondicional: Deus, em seu conselho e sabedoria, elegeu para a salvação, antes da fundação do mundo, algumas de suas criaturas humanas em número que somente ele sabe, sem que estas exibissem quaisquer condições que as habilitasse para tanto.

(c) Expição limitada: Jesus se fez propiciação pelos pecados, na cruz do Calvário, em prol de destinatários certos – isto é, somente por aqueles a quem Deus escolheu – de modo que sua expiação perdoa, eficazmente e de uma só vez, todos os pecados da criatura escolhida.

(d) Graça irresistível: a graça de Deus, uma vez conferida ao eleito, será certamente recebida por este, não cabendo qualquer possibilidade de rejeição ou resistência por parte da criatura regenerada.

(e) Perseverança dos santos: o fato de Deus vir com a providência completa em favor da criatura, de modo a assegurar-lhe uma salvação que jamais será perdida, não lhe tira a responsabilidade de desenvolver um compromisso firme de desenvolver sua salvação com temor e tremor diante de Deus e dos homens; para isso, Deus constantemente a ajudará.

⁵⁰ TULIP forma o termo “tulip”, do inglês “tulipa”, a flor-símbolo dos Países Baixos, local em que se deu o Sínodo de Dort, que definiu a base teológica contra o ensino arminiano sobre a salvação.

6-4-4. CONSEQUÊNCIAS PRÁTICAS

Sendo bem compreendida e aplicada na prática, a predestinação bíblica produz frutos autênticos originados na graça divina:

(a) *A predestinação nos dá a exata dimensão do papel nulo do homem na salvação*, de sua total incapacidade de se aproximar, por si só, de Deus, bem como dá todo mérito da salvação a quem, de fato, o detém: Cristo. Sem o favor divino, o homem continuará a ser *nada*, como sempre.

(b) *A predestinação incentiva o homem ao verdadeiro louvor a Deus*, vez que a única atitude perante Deus diante de “tão grande salvação” é gratidão, pois escapou da morte eterna sem ter em nada contribuído para a mudança de sua situação espiritual.

(c) *A predestinação dá humildade ao homem, consola e confere segurança*; afinal, todas as coisas concorrem para o bem daqueles que amam a Deus e são chamados (isto é, eleitos) para o seu propósito. Jesus jamais lançará fora um eleito que foi a ele a partir do envio realizado pelo Pai. Deus sempre agirá em favor de seu povo, alvo eterno do seu amor.

(d) *A predestinação é, definitivamente, um incentivo ao trabalho de evangelização*. Quem converte é o Espírito Santo, não a persuasão de argumentos racionais; logo, a palavra livremente lançada pelo pregador, a toda criatura, germinará certamente naqueles a quem Deus escolheu. A mensagem, assim, não depende de apelos, nem de construções ilógicas e desonrosas do raciocínio carnal humanista, tais como “deixe Jesus entrar em seu coração, ele está passando frio, fome e sede lá fora!” ou “a maçaneta da porta do seu coração é apenas para o lado de dentro; Deus é gentil, um legítimo cavalheiro, não entra se você não der licença para ele entrar!”.

(e) *A predestinação faz o homem enxergar que a salvação é, de fato, pela graça, não por obras humanas ou desejos de um pecador morto em seus delitos e pecados*. Qualquer outra tentativa de explicar como Deus salva pecadores insere, inevitavelmente, o homem como o autor da salvação, que se aproxima de Deus através de uma boa obra, aspecto este presente em todos os credos que não sejam genuinamente cristãos.

6-1-1. VINTE OBJEÇÕES À DIVINA PREDESTINAÇÃO

Como se nota, não há possibilidade de o crente se posicionar de maneira neutra quanto a esse assunto. As vinte objeções a seguir levantadas têm raiz arminiana, e serão expostas segundo as principais problemáticas retóricas por eles levantadas ao longo dos séculos.

(a) *“A predestinação nega o livre-arbítrio do homem”*. Homens não têm livre-arbítrio: isso, conforme já dito, é uma fantasia herdada do pensamento pagão grego que, ao negar um Deus todo-poderoso, transfere à

criatura poderes e liberdade dos quais ela não desfruta. Não há liberdade absoluta em qualquer criatura; o contrário nega a soberania de Deus. Na verdade, o livre-arbítrio é um “preso arbitrio”, pois o homem, além de morto em seus delitos e pecados, é preso dessa natureza. E mais: ainda que liberto pela graça no futuro, ele estará cativo ao livre-arbítrio de Cristo.

(b) “São vários os momentos em que a Bíblia declara que a vontade do homem tem de ser respeitada, não violentada: ‘Eis que estou à porta, e bato; se alguém ouvir a minha voz, e abrir a porta, entrarei em sua casa, e com ele cearei, e ele comigo’ (Ap 3:20), e ‘quem quiser, tome de graça da água da vida’ (Ap 22:17)”. Ambos podem até envolver um “querer” humano, mas não para a salvação: o primeiro é um versículo tirado de uma carta dirigida à igreja de Laodiceia – isto é, aos *crentes* daquela comunidade; o segundo é uma mensagem dirigida a quem igualmente já conhece a Cristo, pois só esse beberá da água da vida eterna.

(c) “Deus coloca diante do homem dois caminhos, conforme Jr 21:8, ‘E a este povo dirás: Assim diz o Senhor: Eis que ponho diante de vós o caminho da vida e o caminho da morte’, o que anula a possibilidade de que ele tenha escolhido salvação ou perdição eterna ao homem”. Outro problema de interpretação. O contexto de Jeremias não fala em salvação eterna, e sim em fuga ou evasão de uma cidade condenada à captura pelos caldeus – v. 9: “O que ficar nesta cidade há de morrer à espada, ou de fome, ou de pestilência; mas o que sair, e se render aos caldeus, que vos têm cercado, viverá, e terá a sua vida por despojo”. Nada justifica uma “dupla escolha eterna”, portanto.

(d) “Deus escolhe o homem por causa da fé prevista, sendo esse o verdadeiro significado do termo ‘predestinação’ exibido na Bíblia⁵¹. Ele escolhe pessoas que livremente o aceitariam no futuro”. Além de o Onipotente não estar limitado ao eixo temporal, visto ser este outra criação sua, ele também não decreta algo baseado em uma reação prevista da criatura. Deus detém conhecimento prévio das pessoas, não dos fatos; *Deus predestina pessoas*, não fatos. Aliás, se Deus vê o futuro e assim predestina a pessoa para a salvação porque ela no futuro crerá, não há exercício de “livre-arbítrio”, e sim de um ato livre e soberano divino de predestinar. Deus não é “um deus” para se submeter à vontade de sua criatura.

(e) “Deus predestina a igreja e suas famílias, não indivíduos. É como se ele tivesse uma barca eleita, cujo timoneiro é Jesus, navegando num oceano de perdidos: todos os que aceitarem nela subir serão salvos, e os que pularem fora ou não subirem perderão a salvação”. Não existe “barca da salvação”, tampouco qualquer apoio bíblico para que Deus salve coletivamente pessoas encerradas em objetos. Nem se mencione a Arca de Noé, pois lá o sentido de salvação era bem outro, ainda que a presença do “remanescente” humano

⁵¹ Predestinação, do grego προορίζω (*proorizô*), que tem o sentido de “predestinar” ou “decidir de antemão”, em contrapartida com o termo πρόγνωσις (*prognosis*), que tem o sentido de “conhecer previamente”. Este só aparece duas vezes no NT (At 2:23; 1 Pe 1:2), ao passo que o primeiro aparece 6 vezes (At 4:28; Rm 8:29-30; 1 Co 2:7; Ef 1:5, 11).

faça perceber que Deus escolhe criaturas para a salvação. Deus salva *indivíduos* pecadores (Rm 9:15, 16, 18). Isso, ademais, anularia a salvação das pessoas que vieram antes de Cristo, todas salvas por terem sido igualmente eleitas e crentes em Deus segundo a promessa do advento do Messias.

(f) “Deus escolhe pessoas para o serviço, não para a salvação; para serem bênção, não serem privilegiadas”. O serviço é um dos reflexos da eleição salvífica, não a razão da escolha: afinal, Deus salva pecadores *para* as boas obras, não *por meio* das boas obras, como querem os arminianos.

(g) “Predestinado é Cristo, então todos os que aceitarem a Cristo serão salvos”. Engano comum, pois a Bíblia não diz da predestinação de Cristo – aliás, quanta incoerência em Deus querer salvar a si mesmo!

(h) “Numerosas vezes Deus fala que quer a salvação de **todos** (Jo 3:16, 1 Tm 2:4; 2 Pe 3:9). Se ele quer salvação de todos, ele deve dar oportunidade a todos para aceitarem a salvação em Cristo”. O grande problema do termo “todos” é considerá-lo inclusivo demais conforme o contexto, pois ele não significa “todos os indivíduos, sem exceção”, e sim “todos os indivíduos segundo a especificação que lhes é peculiar”. Na primeira passagem citada, há a restrição “todo aquele que nele crê”, isto é, os não crentes ficarão de fora e perecerão; na segunda, a referência vem dos versículos anteriores, significando “todos os tipos de pessoas, mesmo que sejam reis e os que estão em eminência”; na terceira, Pedro é claro em dizer que Deus é longânimo para “conosco”, isto é, *para com os crentes*, não querendo que nenhum *deles* se perca, senão que todos *eles* venham a se arrepender de seus pecados.

(i) “A predestinação é imoral, pois não leva em conta que todos desobedeceram e que Deus quer ministrar sua misericórdia a todos (Rm 11:32)”. O mesmo Deus que predestina é quem trabalhará na vida do eleito, a fim de que ele viva de modo santo, persevere e, ao fim, tenha a vida eterna. Se a salvação fosse baseada no fantasioso livre-arbítrio humano, aí sim ela seria imoral, pois se basearia numa moralidade e interesse duvidosos por parte de uma criatura má e interesseira como o homem. Logo, o uso de misericórdia em Rm 11:32 é usado para com *todos os eleitos*, antes encerrados debaixo da mesma desobediência que amaldiçoou a humanidade.

(j) “A predestinação incentiva a imoralidade humana, pois, se o indivíduo uma vez salvo, é salvo para sempre, ele pode pecar à vontade que nada lhe acontecerá”. Como já dito, a soberania divina não nega a responsabilidade humana, antes torna o homem ainda mais diligente sobre sua própria conduta, para que ele produza bons frutos dignos de arrependimento. O crente continuamente crescerá em se preservar longe do pecado.

(k) “A Bíblia prevê em Hb 6:4-6 que o crente pode perder a salvação⁵², pois ele não pode ser renovado para arrependimento, tendo sido certa vez iluminado”. A passagem não fala de perda de salvação, e sim é

⁵² A perda da salvação é defendida pelos arminianos wesleyanos – o arminianismo clássico não a defende, nem os remonstrantes em geral, ao menos ostensivamente.

fruto de uma constatação do autor de Hebreus, que demonstra ser impossível renovar aquilo que não foi regenerado, ainda que tenha participado do dom celestial (graça comum). Nos versículos seguintes (7 e 8), o autor esclarece que esse indivíduo, na verdade, não era um salvo, pois nele não houve produção de fruto, isto é, como consequência de salvação.

(l) *“Se Deus escolhe, então o sacrifício de Cristo é inútil, já que as pessoas não têm de aceitá-lo para serem salvas”*. A propiciação de Cristo, já estudada, foi o meio que viabilizou, na prática, a redenção do eleito. A suposta salvação pelo fantasioso livre-arbítrio tornaria o sacrifício de Cristo inconsistente, pois se basearia, por causa da sua origem, numa vontade vacilante, corrompida, imperfeita e carnal. Aliás, o sacrifício de Cristo, se condicionado à vontade “aceitante” da criatura, não seria perfeito. Logo, somente a salvação pela graça, baseada na predestinação divina, é quem valida o sacrifício de Cristo na cruz do Calvário.

(m) *“Deus não lida com marionetes ou robôs. A predestinação é fatalista e mecanicista, pois determina tudo e o homem não pode fazer nada em prol de sua salvação eterna”*. De fato, Deus não lida com marionetes ou robôs: a livre agência da criatura continua livre, embora limitada até mesmo porque a própria criatura é, em si, limitada, não podendo escolher algo bom por si mesma ou “aceitando” a Cristo. *Inimigos não colaboram entre si*: o homem, inimigo de Deus, não dá o “décimo passo” em direção a Deus. Considerar que há fatalismo é negar soberania a Deus; considerar que há mecanicismo é negar a pessoalidade de Deus, bem como o exercício de sua vontade. Aliás, melhor seria se o homem fosse marionete ou robô, pois ele certamente não estaria programado para pecar.

(n) *“Se a predestinação é verdadeira, Deus é injusto, por fazer aceitação de pessoas, contrariando passagens como At 10:34 e Rm 2:11”*. Rapidamente respondendo algo já comentado anteriormente, Deus continuaria justo, mesmo se mandasse toda criatura para o inferno. A raiz do problema arminiano, no entanto, é considerar que haveria uma “deslealdade” em Deus querer salvar uns e não querer salvar a maioria, ou todos, da humanidade. Ocorre que Deus não é obrigado a tratar a todo ser humano de maneira igual para confirmar sua justiça, pois é o oleiro quem dá forma e destino ao vaso, conforme lhe aprouver. O critério é o beneplácito de Deus, não algo que se poderia achar na criatura. A exposição dessa contrariedade revela o orgulho da criatura em achar, a si mesma e ao seu semelhante, como se fora alguém merecedor de alguma coisa da parte de Deus, como quem tivesse o poder de reivindicar uma posição que não tem o direito de ocupar. O homem não tem moral nem condição espiritualmente válida para dizer se isso ou aquilo é justo ou injusto. Imaginar que Deus seria injusto por salvar A e não salvar B é querer dizer a Deus que a opinião própria é melhor que a de Deus: ou seja, nada além de blasfêmia.

(o) *“A predestinação cria duas castas de pessoas: os seres humanos comuns e os especiais, sendo que todos são pecadores e todos me-*

recem tratamento equânime. O fato de Deus escolher uns não significa rejeitar os demais, que podem ser escolhidos também". A condição dos eleitos é a de filhos, não a de simples criaturas de Deus. Jesus lida com as ovelhas do seu pasto, não com os bodes de fora do redil. O noivo tem uma noiva; as demais mulheres que ele porventura conheça continuam a ser simples "mulheres não esposas", desprovidas da mesma dignidade da sua noiva. E uma vez que não se admitem "amantes do noivo", as demais mulheres não têm a menor chance de serem escolhidas: admitida a noiva, todas as demais mulheres estão automaticamente rejeitadas.

(p) *"Deus, como Pai, quer a salvação de todos os seus filhos, basta que eles aceitem a Cristo". Deus não é o pai de todos os seres humanos, ainda que seja criador de todas as coisas. A paternidade universal é anti-bíblica. A filiação, conforme será demonstrada no Artigo III, vem da fé em Cristo, fé essa que é dada pelo próprio Deus à criatura que ele escolher.*

(q) *"A predestinação faz com que o homem seja obrigado a crer. Ou seja, algo que poderia ser obtido naturalmente através da aceitação, vem por meio da ordem. Isso não é amor". O amor de Deus atrai o homem eleito e lhe põe fé, de modo que este vem a desejar a Deus de modo natural e irresistível. Ele passa a desejar a Deus como seu algo mais precioso, no qual ele se deleita, a quem ele ama de verdade, baseado num amor que o amou primeiro, enquanto ele ainda era pecador, inimigo irreconciliável de Deus. Nisso Deus prova seu amor, pois somente ele poderia atrair alguém que, se relegado à sua própria vontade, jamais se aproximaria de Deus, ainda que se lhe fosse dado o Reino dos Céus.*

(r) *"Se a predestinação é verdadeira, Deus não é bom". Conforme já explicado, o parâmetro de bondade vem do próprio Deus. E Deus é livre para ter misericórdia e compaixão de quem ele quiser, não de quem o homem achar que deva ser alvo dessas atitudes. A moralidade é teocêntrica.*

(s) *"Deus não criaria homens para a perdição ou para a destruição: isso não combina com seu caráter amoroso, ou mesmo com seu propósito para a humanidade". Qual é o propósito de Deus para a humanidade? A salvação de todos? O universalismo é negado pela Bíblia, e não há problema, conforme já exposto, que Deus escolha salvar alguns dentre uma humanidade já condenada, por sua própria vontade, à perdição eterna.*

(t) *"A suposta validade da predestinação faz parecer que Deus tem prazer na morte do ímpio, contrariando frontalmente Ez 33:11". Deus não tem prazer na morte do ímpio tanto quanto um oficial ordenar, em guerra, a salva de um fuzilamento. Dever nem sempre é feito com prazer. Paulo também sofria pelos israelitas que não eram filhos de Abraão (Rm 9:1-4). Isso, no entanto, não justifica uma infundada dúvida sobre o caráter, o amor e a justiça de Deus a escolher uns e a rejeitar outros. A misericórdia divina é mostrada pelos que ele quis salvar, não por quem ele condenou e já preparou o inferno. O ímpio a quem Ezequiel se refere é visto num con-*

texto geral, assim como o da pregação: prega-se a todos, mas os eleitos “da casa de Israel” virão e serão convertidos ao caminho da vida.

Por fim, pode-se fazer dez afirmações contra a “salvação arminiana”:

(a) É produto do *orgulho humanista*, do racionalismo e da lógica com raízes no gnosticismo gregorromano. “O homem como a medida de todas as coisas: não Deus; não a vontade soberana do Criador do Universo”.

(b) É doutrina que *usurpa a glória de Deus*, pois lhe nega o exercício da soberania plena, contradiz sua onipotência e condiciona à vontade humana para que a boa obra seja por ela completada, não por Deus.

(c) É doutrina que *torna a graça condicional*, convertendo-a em mérito conferido aos que “aceitarem a Cristo” e em pura salvação pelas obras. Troca-se genuína graça e amor divino por pleno esforço e medo humano.

(d) É *fantasiosa*, pois lida com um livre-arbítrio igualmente fantasioso, impossível em termos práticos, e por tentar dizer a Deus que ele possui limites ao agir na vida da criatura. Nenhuma criatura neste universo pode impedir ou resistir à vontade de Deus, mesmo na sua livre agência.

(e) É *desmerecedora do sacrifício de Cristo*, pois torna sua validade condicionada a uma vontade não regenerada do homem, e faz com que Jesus tenha desperdiçado sangue da propiciação em favor de pessoas que, inclusive, já se encontram no inferno. *Desperdício são erro e fracasso*.

(f) Torna o homem “bom demais” diante de um Deus “justo demais”, o “amor pelas almas” maior que o amor por Deus. *Quase um ídolo*.

(g) *Torna inútil a oração pela conversão do ímpio*, pois Deus, segundo se conclui da teologia arminiana, já fez tudo o que podia para influir no livre-arbítrio dele e não tem como constranger essa pessoa a “aceitar” a Cristo.

(h) *Torna o homem como responsável por algo pelo qual ele não tem capacidade de definir ou de decidir*, pois sua vontade decaída e sua irremediável condição espiritual não lhe permitem atitude contrária. Nenhuma das caveiras do vale dos ossos secos de Ezequiel 37 desejava viver; no entanto, Deus, em seu soberano conselho, quis que elas vivessem.

(i) *Torna o inferno e o juízo um mito*, pois Deus não teria como condenar uma criatura que, no exercício pleno de seu livre-arbítrio, decide deliberadamente rejeitar a Cristo e que não pode ter sua vontade violada.

(j) *Torna Deus manipulador, cruel, tirano, chantagista (“se não aceitar Jesus, vai para o inferno!”), mesquinho, irado, passivo e passível de experimentar derrota por causa das almas que não foram salvas, refém da vontade humana, mero espectador da História na qual ele não pode intervir, humano demais para ser Deus e incapaz de governar todo o universo*.

Por essas e pelas demais razões expostas, **a cosmovisão remonstrante – pelagiana, semipelagiana e, principalmente, arminiana – deve ser completamente rejeitada no meio cristão**, pelo seu flagrante desvio doutrinário.

6-5. CHAMADO À SALVAÇÃO

Sucedâneo da predestinação, o chamado é aquele feito de modo eficaz, isto é, possui: meio próprio (convocação por meio de um chamado); mensagem própria (Palavra); e autor específico (Espírito Santo).

Outro nome apropriado ao chamado é “notificação”. No sentido comum, notificação é um meio de dizer algo específico a alguém e que exige a tomada de posição, independentemente de aceitação ou rejeição desse algo por parte da pessoa a quem a mensagem é destinada. A propósito, o sinal de Jonas era justamente esse: notificar aos habitantes de Nínive que, se não se arrependessem, a cidade seria destruída; João Batista também notificava as pessoas a respeito da necessidade de arrependimento.

Dessa forma, *nem a mensagem, nem Jesus requer aceitação*, e sim é exigida uma postura diferente a partir de sua revelação. **Ninguém aceita a Jesus: ele é quem aceita o eleito que lhe foi enviado pelo Pai.** O chamado do Evangelho é essencialmente para o arrependimento e conversão; o ouvinte, crendo nesse chamado, *reconhece a Cristo como seu Senhor e Salvador*.

Assim como a semente da parábola do semeador, o chamado eficaz atingirá certamente o “terreno fértil”, porque Deus o quis fértil, e produzirá os frutos; nos demais terrenos, “arenoso”, “pedregoso” e “cheio de espinhos”, isso não acontecerá. O eleito, ao ouvir essa mensagem, será movido pelo agir do Espírito, e conduzido ao arrependimento e à conversão.

Dessa forma, não são necessárias “estratégias” de persuasão das pessoas para que venham a “aceitar” a mensagem do Evangelho: ainda que haja uma desejável criatividade no momento de se espalhar a mensagem, o mais importante é o seu conteúdo, quer as pessoas dele gostem, quer não. O chamado à salvação envolve, portanto, demonstrar:

- Que todos pecaram e estão para sempre sem relação com Deus.
- Que Cristo, sendo Deus e homem, se colocou no meio de Deus e do homem para restaurar essa relação, oferecendo-se como pagamento definitivo pelos pecados de todo aquele que nele crê.
 - Que somente por causa de Cristo e de sua obra redentora é que o homem é regenerado e volta a ser homem de verdade, conforme o planejamento original de Deus para a criação humana.
 - Que se requer do ouvinte o posicionamento sobre o conteúdo dessa mensagem, de modo que ela se arrependa definitivamente de sua vida de pecado e mude de vida, através da fé em Cristo.
 - Que ele seja seguro de que obterá de Cristo perdão e vida eterna, uma vez se posicionando de modo favorável a essa mensagem.

Formalismos, como “convite ostensivo”, “oração de entrega”, “banco dos indecisos”, “encaminhamento à oração na frente da congregação”,

não são essenciais. Tudo deve ser feito, antes, de forma íntima e, posteriormente, externado perante a comunidade dos crentes, a igreja.

No que diz respeito ao chamado, três problemas se apresentam: a situação dos crentes em tempos do Antigo Testamento; a situação dos povos não alcançados, daqueles que não têm como responder ao chamado (surdos-mudos, loucos de todo gênero) e a das crianças que nasceram mortas ou morreram na infância. Quanto ao primeiro caso, conforme já dito, os eleitos segundo a promessa do advento do Messias tiveram sua salvação assegurada, visto ser Cristo o mediador entre os pactos. Quanto às três outras situações, a realidade da eleição lhes dá a correta solução: afinal, Deus pode agir livremente em suas vidas para que, intimamente – já que a convicção é íntima – eles venham a crer e, de modo desconhecido pelos sentidos humanos, reconheça a Jesus como Senhor e Salvador. Nenhuma das objeções à predestinação divina respondeu ou responde, de maneira satisfatória, a essa questão, por vincularem seus destinos eternos a uma obra impropriamente advinda da carne.

ARTIGO III

REGENERAÇÃO, CONVERSÃO, JUSTIFICAÇÃO E ADOÇÃO

6-6. REGENERAÇÃO

Conforme já examinado (item 5-11, Capítulo 5), regeneração é o ato em que Deus torna o homem uma nova criatura, restaurando nele o projeto original para a humanidade, deformado pela queda. O chamado eficaz conduz à regeneração, mencionado nas Escrituras como “nascer de novo” e, assim como ocorreu no chamado eficaz, não dependeu de escolha humana para ocorrer, e sim da graça irresistível de Deus. Não há mudança de substância da alma, mera iluminação, nem ao menos se pode dizer que a regeneração seja um ato da própria alma: *todo o processo pertence a Deus*.

Nota-se, com isso, que a regeneração não depende de fé, sendo que *a fé é algo que se manifesta após a regeneração*, não antes, como acreditam os arminianos. *A pessoa só crê porque ela já nasceu de novo*: caso contrário, a fé viria de obra da carne, sendo, assim, imprestável para a salvação. Assim, **dizer: “se você crer (aceitar) Cristo como Senhor e Salvador, você nascerá de novo” é errado**, e não advém de um ensino das Escrituras. A razão para esse pensamento, de que a fé venha antes da regeneração, provém dos resultados visíveis da fé, ao passo que a regeneração é algo produzido interiormente. Somente o regenerado, portanto, crê para a salvação – fé salvífica – e produz resultados, como o afastamento do pecado habitualmente praticado, o amor por Jesus e pelos interesses do Reino celestial e a produção do fruto do Espírito.

6-7. CONVERSÃO

Conversão é mudança de rota, de atitude, a resposta que o eleito e regenerado dá ao chamado do Evangelho. Muito mais do que um convencimento ou concordância intelectual, a conversão é realizada através do arrependimento – mudança de mente, segundo o termo grego *μετάνοια* (*metánoia*) – que promove algo radical no eleito. Ele passa por uma transformação completa e contínua na conduta, pensamentos, vontades, opiniões, estilo de vida, afetos, ânimos e propósitos: fé e arrependimento são por toda a vida.

O mesmo crente que reconhece a Jesus como Salvador, no entanto, deverá reconhecê-lo, ao mesmo tempo, como Senhor: isso indica submissão, obediência, renúncia e rejeição ao pecado, confiança, dependência de Deus, investimento e progresso constante na vida cristã. Não basta conhecer os fatos relacionados a Cristo: é necessário professá-los, isto é, demonstrar que há concordância com eles; isso não é dogmatismo religioso, entretanto, e sim exercício de fé, que envolve todo o ser humano e não apenas as faculdades mentais ou emotivas.

6-8. JUSTIFICAÇÃO PELA FÉ

Doutrina central da fé cristã, a justificação pela fé é a declaração de perdão dos pecados do eleito, este uma vez chamado, regenerado e convertido. Sem justificação pela fé não haveria aproximação possível de Deus, dado que isso feriria sua justiça e que, mediante obras, não há como essa aproximação ocorrer validamente.

A justificação pela fé ocorre após a obra divina de conceder ao crente a fé para salvação. Deus, ao justificar o ímpio, declara-o inocente de todas as transgressões. Não se trata, entretanto, de mero perdão: a partir da justificação, *o eleito se torna apto para se aproximar de Deus sem restrições*, visto que o pecado que estava em sua conta foi pago pelo sangue do Cordeiro. Sem justificação, a obra de regeneração ficaria incompleta: é como extrair um projétil de um meliante, em que a simples regeneração da ferida não tem o poder de torná-lo inocente da culpa pelo crime, pois aqui ocorrem dois procedimentos distintos, um clínico, e o outro legal. Também não há que se confundir justificação e santificação, sendo aquela um caminho necessário para que esta se desenvolva na vida do cristão.

O perdão dos pecados é garantido de modo total ao crente, de modo que este não deve mais nada: toda a sua dívida, em qualquer tempo de sua existência, já foi paga por Cristo, pois sobre Cristo ela foi imputada – não infundida, como querem os papistas, criando com isso “níveis de justificação”, alcançáveis pela própria pessoa, e a valorização das obras em detrimento da graça divina. Não há mérito humano algum envolvido, tampouco obras da lei: a justificação é pela fé – não “por causa da fé” –

que depende de Cristo, reconhece sua autoridade, e a ele se submete em cada decisão que envolva sua própria vida.

Por fim, a justificação não necessariamente livra o cristão das consequências do pecado – caso contrário, ele não experimentaria a morte física, por exemplo – nem de eventual aplicação de disciplina de Deus ao seu povo, como o foi com Israel.

6-9. ADOÇÃO

Adoção é o ato em que Deus nos aceita como membros da família dele. Isso, por consequência, faz com que todos os eleitos sejam irmãos entre si: essa descendência espiritual vem de Abraão, concretizada através da promessa realizada em Isaque. Ela sucede a conversão, distinguindo-se da justificação pelo fato de esta, sendo um ato legal, não necessariamente conferiria ao perdoado o direito de estar ligado à família da fé. Pela adoção é que o cristão pode chamar a Deus de Pai, tendo o Espírito Santo como guia constante, e o privilégio de compartilhar os sofrimentos de Cristo no presente, bem como sua glória no porvir. Além disso, pelo fato de Deus ser Pai, ele é o modelo a ser imitado (em Cristo) e a quem os filhos devem honrar constantemente.

ARTIGO IV

SANTIFICAÇÃO, PERSEVERANÇA, MORTE FÍSICA E GLORIFICAÇÃO

6-10. SANTIFICAÇÃO E PERSEVERANÇA DOS SANTOS

Santificação é um processo pelo qual o crente é transformado, dia após dia, em alguém mais distante do pecado e mais parecido com Jesus Cristo. Desde a ocorrência da regeneração, o eleito passa por esse processo: a partir de então, o pecado passa a ser um acidente, não a regra que existia antes, quando sua natureza ainda era totalmente maculada pela conduta transgressora.

A libertação do pecado e a sucessiva sujeição do crente à justiça divina são marcas da santificação. Esse processo ocorre de modo gradual como parte de um dever do cristão para com o seu Senhor, terá um ciclo completo nesta vida até a morte física e atingirá sua plenitude na vida eterna, quando ela passará a ser perfeita e constante. É ilusório, no entanto, pensar que se atingirá a perfeição nesta vida, vez que o ser humano, ainda que regenerado e justificado, não para de pecar, por ter sua natureza contaminada, e não apenas suas atitudes.

Deus é quem atua plenamente na santificação, promovendo no ser humano sua transformação gradual. O crente, então, tem papel ativo e

passivo nessa relação de santidade: ativo, pelo esforço e perseverança; e passivo, pela dependência do agir de Deus em sua vida. Daí a importância da obediência, nos termos em que a Bíblia assim o ensina.

Como consequência da preservação divina e do papel ativo do homem na santificação, o eleito irá perseverar em seu caminho até o final da vida terrena. A *perseverança dos santos* é uma das evidências principais que definem a salvação de alguém por Cristo: consequência prática desse ensino é o fato de a salvação jamais ser perdida pelo crente autêntico, ainda que temporariamente ele se afaste da comunhão, por algum motivo.

6-11. MORTE FÍSICA E GLORIFICAÇÃO

Teologicamente falando, morte é a cessação de vida, seja natural, seja espiritual. Longe de ser vista como uma punição ao crente, a morte encerra o ciclo natural de uma criação, da qual o homem não deveria participar, mas que, por causa do pecado, tem de enfrentar. Para o cristão, ademais, a morte encerra um ciclo de contínuo aperfeiçoamento na santidade, e dá início à perfeita união do crente com Cristo e à sua consequente glorificação.

Dessa forma, para o crente em Jesus, **a morte é uma promoção a uma realidade muito melhor**. Ela demonstra que o mais precioso da vida não é a vida em si, mas sim a fiel obediência a Deus e aos seus mandamentos. O cristão é o único humano que, além de triunfar sobre a morte, não deve temer nem a sua, nem a de seus irmãos, igualmente crentes. A tristeza temporária do luto, nesses casos, deve ser acompanhada da permanente esperança de que o crente já desfruta da plenitude da companhia do Senhor. Para o ímpio, no entanto, a morte é motivo de dupla tristeza, pois, para ele, a morte física não será a única.

Ao partir deste mundo, a alma do crente encontrará a Deus e será transformada como num piscar de olhos; a do descrente, condenada, irá para o inferno. Não existe estado intermediário, nem fundamento bíblico para o chamado “sono da alma”, muito menos a heresia papista do *purgatório*, local onde eles imaginam que as almas impenitentes pagam durante certo tempo, até poderem ser admitidas no céu⁵³.

A morte física, ademais, é *evento único*, o que destrói o ensino espírita da reencarnação: na sucessão de eventos, a morte física é a imediata antecessora do juízo. Não há uma “segunda chance” de arrependimento,

⁵³ A base papista para esse ensino está no livro apócrifo de 2 Macabeus (12:42-45), que defende a oração pelas almas dos mortos. Os papistas ainda creem na existência de dois limbos: o *limbus patrum*, local de habitação das almas dos que morreram sob a vigência do Antigo Testamento; e o *limbus infantum*, onde habitariam as almas das crianças não batizadas. Ambos esses ensinamentos são rejeitados pelas Escrituras: afinal, os mortos no Antigo Testamento foram salvos pela promessa do advento do Messias, e não haveria sentido em lhes confinar num determinado lugar para que aguardassem a ressurreição. Limbo é o termo que designa a borda do inferno, segundo conceito inventado na Idade Média.

até mesmo porque o não eleito certamente rejeitará essa suposta “oportunidade”, pois eternamente rejeitará a Cristo por seus atos e natureza; assim sendo, não lhe será concedido perdão; afinal, o castigo eterno é uma realidade da qual ele não escapará. Nega-se aqui, também, o *aniquilacionismo*, crença das **Testemunhas de Jeová, Adventistas e anabatistas**, que alega, sem fundamento, que o inferno seria incompatível com o caráter amoroso de Deus e, por isso, não haveria condenação eterna: afinal, destruição eterna é bem diferente de *inexistência eterna*, sendo que esta última implicaria na rejeição à justiça divina e em algo ensinado numerosas vezes pela Bíblia, que é o lugar denominado inferno⁵⁴.

Vale dizer que a morte cria uma incomunicabilidade entre o mundo dos vivos e o dos mortos, de sorte que são inúteis orações em favor dos mortos, tentativas de comunicação com os mesmos – ainda que diante das sepulturas, não necessariamente numa mesa branca – e celebrar datas em sua homenagem.

Por fim, a glorificação sobrevirá ao crente, dando-lhe um corpo ressurreto, transformado, físico, porém incorruptível. A criação, tanto a do homem quanto a deste mundo, serão ambas renovadas, existindo conforme o propósito original de Deus para a terra. A ressurreição, no entanto, virá para eleitos e não eleitos: aqueles para a vida, estes para a morte e sofrimento eternos.

ARTIGO V

ATIVIDADES COMPLEMENTARES

6-12. PASSAGENS BÍBLICAS PARA ESTUDO DESTE CAPÍTULO

Selecionamos, a seguir, as passagens mais relevantes para a compreensão dos assuntos tratados por este capítulo. Há diversas outras, mas não pretendemos ser exaustivos nessa relação. Localize-as na sua Bíblia.

ARTIGO	PASSAGENS
I	Gn 39:3-5; At 14:14-17; 17:22-23; Jo 1:16; Rm 5:2; 9:16; 11:6; 13:1-4; 1 Co 10:31; 15:10; Gl 3:10; Ef 2:8-9; Hb 4:16
II	Item 6-4: Jó 8:3; Sl 33:11; 92:15; 139:16; Pv 16:4; Jr 1:4-5; 31:3; Dn 12:1; Mt 11:27; Lc 10:20, 22; Jo 1:12; 5:21; 6:37-40, 44, 65; 10:26-29; 15:16; At 4:27-28; 13:48; Rm 5:8; 8:28-30; 9; 1 Co 2:7; Ef 1:5-6; 2 Ts 2:13; 3:2; 2 Tm 1:9; 2:10; 1 Pe 2:9; 1 Jo 4:19; Ap 3:5-6 Item 6-5: Jn 3:3-10; Mt 3:2; 4:17; 11:28-30; 13:3-9; Mc 1:15; Jo 6:44; At 2:38; 3:19; 16:14; Rm 3:23; 5:8; 6:23; 10:14

⁵⁴ Mais sobre aniquilacionismo: consulte nota ao item 10-4, capítulo 10.

III	Jr 23:22; Zc 1:3-6; Mt 3:2; 4:17; 7:11; 11:28-29; Jo 3:3-15; Rm 3:25, 26; 4:13; 8:14; 1 Co 1:30; Gl 2:16, 20; 3:11; 4:7; Cl 2:13; Tg 1:18
IV	Lc 23:43-46; Jo 6:38-40; 8:31-32; 10:27-29; 14:21; 15:1-7; Rm 6:11-14; 8:1; 12:1-2; 2 Co 3:18; 1 Co 15:26, 51-52, 54-55; 2 Co 5:8; Gl 5:16-18; Fp 1:6; 2:13; Cl 1:23; 1 Ts 5:23; Tg 1:22; 1 Jo 2:10; 3:9

6-13. QUESTÕES PARA DEBATE OU REFLEXÃO PESSOAL

- (a) Como demonstrar que a graça não anula a lei, antes a confirma?
- (b) Explique com suas palavras cada um dos cinco pontos do calvinismo, ensinados para demonstrar como que ocorre a salvação do homem.
- (c) Por que é tão difícil de as pessoas entenderem que a salvação não depende de uma decisão humana, e sim divina?
- (d) Por que é tão importante entender a justificação pela fé?
- (e) Por qual razão pode-se dizer que, para o crente, a realidade da morte é muito melhor do que a física?

6-14. ESTUDO INDUTIVO

1. Com base nos comentários já relatados, complete as lacunas a seguir.
 - (a) Somos salvos pela _____. Ela, no entanto, se subdivide em _____ e _____, conforme produza ou não salvação na pessoa que lhe é alvo.
 - (b) A predestinação bíblica se apoia em três fundamentos divinos: _____, _____ e _____. O primeiro revela o agir livre de Deus sobre a criação; o segundo pela destinação específica do favor divino a quem Deus quiser; e o terceiro, por suprir a atitude de um homem decaído, que jamais escolheria a Deus.
 - (c) A submissão do convertido perdura por toda a vida, indicando, com isso, que o crente reconhece a Jesus como _____ e não apenas como Salvador.
 - (d) A _____ dos _____ é indício externo de salvação.

6-15. LEITURA BÍBLICA OBRIGATÓRIA

Repare que nos principais dias cívicos e nos dois últimos meses do ano há, dentre eles, vários recessos. Isso é proposital para que o militar não se sinta prejudicado ao realizar o programa. Assim, há dias em que pode haver essa coincidência de recesso com dias festivos (7 de setembro, 15 de novembro, Natal etc.); outros, como solenidades e demais formaturas, podem coincidir com recessos ou serem remanejados para dias próximos.

CAPÍTULO 7

O CONHECIMENTO DO DINAMISMO DA VIDA CRISTÃ

ASSUNTO	FINALIDADE
Examinar a posição cristã, única verdadeira, sobre a forma ativa com a qual o cristão vive sua carreira.	Conhecer o exercício da fé, esperança, amor, liberdade, ética e prática de boas obras, de modo que haja parâmetros seguros que norteiem sua conduta.

ARTIGO I

FÉ, ESPERANÇA E AMOR

7-1. FÉ

7-1-1. DELIMITAÇÃO DO CONCEITO

Pelos termos registrados na Bíblia, fé é *אֱמוּנָה* (*amanah*) no hebraico e *πίστις* (*pistis*) no grego. Pelo latim, o termo é *fides*. A palavra em hebraico indica concordância, anuência, suporte⁵⁵; no grego ela indica confiança, crença, fidelidade – ademais, ela indica algo sempre recebido de Deus, nunca gerado pelo homem. No latim, ela expressa confiança em algo ou alguém.

Dessa forma, nota-se que a primeira ideia que a palavra “fé” passa é a de confiança, de não decepção, de contrariedade ao que é falso ou irreal,

⁵⁵ Conforme a Concordância Strong, o termo “fé” é a origem e a forma feminina de outra palavra bastante conhecida do hebraico, “Amém” (*אָמֵן*, *amen*), que indica “certeza” ou “verdade”.

ou digno de crédito (latim *credere*). A fé demonstra que alguém persuade outrem acerca daquilo que é verdade: há, portanto, um aspecto *exterior* que atinge o *interior* do indivíduo; nesse sentido, é correto afirmar que, embora a fé seja proveniente de um *ato voluntário*, ela não advém de uma *convicção voluntária*, pois não está relacionada à subjetividade humana. Existe fé para o crente enquanto este for plena e fortemente convencido da veracidade de algo; a certeza absoluta a respeito de algo, no entanto, supera a fé.

Assim, fé não depende de um objeto – pois, do contrário, só se poderia crer naquilo que se toca ou vê, ou que está diante do indivíduo – ou mesmo de um sentimento, ou da sabedoria humana. Fé, portanto, não é fundamentada por sentimento ou razão, tampouco está relacionada a qualquer objeto: *o fundamento da fé cristã está no testemunho da verdade*.

Para comprovar esse fundamento, são numerosas as passagens bíblicas que tratam do testemunho do agir de Deus entre os homens, por meio da fé. Essa série de testemunhos é exemplificada pelo autor da Epístola aos Hebreus, no seu capítulo 11. Sem o fundamento bíblico, não há base para se afirmar algo que supere a realidade física ou natural: nesse sentido, conceitos como justificação, predestinação, redenção, céu e inferno, ficam todos relegados a meras especulações filosóficas.

Portanto, pode-se definir fé como o firme fundamento de suporte e confiança, dado por Deus ao cristão, com base no testemunho da verdade.

7-1-2. ESPÉCIES

Há diferentes tipos de fé: a *especulativa*, de caráter dogmático, que apenas aceita o que lhe chega ao conhecimento, sem gerar transformação, sendo, portanto, “morta”; a *temporal*, que pode até durar por um bom tempo, porém não possui raízes ou fundamento, cujo fim é a apostasia; a *miraculosa*, que transcende a normalidade dos acontecimentos e usa o homem como instrumento da ação divina especial; e a *salvífica*, que, além de ter fundamento no testemunho do Espírito Santo, produz frutos, gerando boas obras.

7-1-3. ELEMENTOS DA FÉ SALVÍFICA

São elementos da fé salvadora:

(a) Intelectual, permeado pelo conhecimento, certo e na medida essencial ao indivíduo, que aceita como verdadeiro o testemunho recebido da Palavra de Deus.

(b) Emocional, em que a ligação com Deus passa de um estado de morte para um estado de vida, tudo isso ocorrendo a partir da conversão.

(c) **Volitivo**, ou de vontade, em que a alma humana passa a confiar pessoalmente em Jesus Cristo como Senhor e Salvador.

A fé não pode ser enraizada exclusivamente nem no intelecto, nem no emocional, muito menos na vontade: ela é algo que se manifesta no coração do homem, local, como já visto, da corrupção original.

7-1-4. EFEITOS DA FÉ SALVÍFICA

Os efeitos da fé salvífica são diversos:

- (a) União *pessoal* com Cristo, que vai além da federal, isto é, de Deus para com o seu povo escolhido.
- (b) Justificação pela fé em Cristo.
- (c) Participação da vida de Cristo, assim como houve participação em sua morte.
- (d) Paz, como fruto da reconciliação com Deus.
- (e) Discernimento sobre o que é bom ou mau, do que é justo ou injusto, bem como da excelência da lei divina em seus mandamentos.
- (f) Produção de amor e de apreensão da verdade.
- (g) Convicção da origem divina da verdade.
- (h) Produção de boas obras, que não se resumem a atos, mas a uma *vida de santidade*.

Importante ressaltar que o crente não precisa, e nem deve, crer que ele é um dos eleitos. Não existe “fé na eleição divina”: o propósito eletivo do Senhor, embora secreto, acaba sendo evidenciado através da produção do fruto do Espírito, já comentado – afinal, se a pessoa não fosse eleita, ela já não teria essa fé para a salvação.

Também não existe “certeza de salvação pessoal como algo indispensável ao exercício da fé”: Deus requer a aproximação do crente à pessoa de Cristo, na medida essencial de fé, ainda que seja falha e imperfeita: do contrário, seu propósito de se aproximar de Cristo seria justificadamente adiado até que ela obtivesse plena convicção de ser de fato salva, o que não é ensinado pelas Escrituras. A fé é quem dá certeza de salvação.

7-1-5. OBJEÇÕES À NATUREZA DA FÉ

O problema principal quanto à natureza da fé vem dos judeus, dos papistas e, em outra escala, dos arminianos. Os **judeus** veem na segurança da lei de Moisés o fundamento de sua fé; os **papistas** veem a fé como algo *implícito e explícito*: a primeira como fé em algo não conheci-

do, ao contrário da segunda. Da fé implícita, portanto, tira-se o aspecto do conhecimento. Assim, a igreja romana obriga, até hoje, seus fiéis a crerem naquilo que ela julga revelar – ou no que ela quiser revelar – como verdade e, assim agindo, privam os fiéis de conhecerem a verdade bíblica, bem como do real significado dos simbolismos existentes nas missas. A tradição e magistério papistas ficam envolvidos em mistério, cujas revelações ficam restritas aos integrantes do clero, não à imensa massa de “leigos”. Definitivamente o ocultismo não combina com o cristianismo.

Por fim, os **arminianos** se aproximam dos papistas, ao colocarem no homem o mérito pelo recebimento da fé, que o capacita a “aceitar” a Cristo como Senhor e Salvador, o que já foi demonstrado como sendo nada além de salvação por boas obras. Além disso, eles colocam a fé salvífica antes da regeneração, quando que, bíblicamente, ocorre exatamente o contrário: somente o já regenerado é que crê para a salvação.

7-2. ESPERANÇA

A esperança é uma das forças-motrizes do crente na terra. Descendente direta da fé, a esperança é quem demonstra uma confiança experimentada em Deus, alicerçada na revelação de sua Palavra, no que já foi feito e naquilo que se projeta para o futuro, dentro do plano soberano de Deus para a criação.

A concretização das promessas de Deus, dispostas na Palavra revelada, orienta o cristão a não colocar sua confiança em assuntos passageiros. Como bom peregrino e estrangeiro em terra estranha, o crente deve sustentar a esperança da volta ao seu verdadeiro lar: não que, na terra, ele deixe de viver, de gozar sua vida e realizar a vontade de Deus, como bom despenheiro, mas sua existência deve ser norteadada por um fundamento de fidelidade disposto por Deus aos eleitos. Sem esperança, não há fé, nem o que esperar, para o que investir; a mensagem de Jesus torna-se algo relevante apenas para um aspecto temporal, cujo fim de tudo seria a morte física: a miserabilidade desse pensamento faria com que o crente se aproximasse do cético. O crente deve sempre enxergar além do comum.

Cinco aspectos essenciais envolvem a esperança:

(a) **Paciência**, pela qual, aliado à perseverança, o crente busca resistir às pressões externas e internas ao seu ser, procurando se desvencilhar do aspecto temporal e do imediatismo que permeia seus desejos, como fruto do pecado.

(b) **Peregrinação**, pela qual o crente sabe que está no mundo de passagem, para cumprir rapidamente uma missão que lhe foi confiada, estando no mundo mas não sendo do mundo.

(c) **Preparação**, pela qual o crente deve estar em prontidão para, a *qualquer momento*, deixar este mundo e ir ao encontro do seu Senhor, reportando a ele os frutos do seu trabalho enquanto vivo na terra.

(d) **Poder**, gerado através da esperança, que habilita o crente a realizar a obra do seu Senhor, defensiva e ofensivamente: defesa contra o mundo, da carne e do diabo, e ataque no sentido de combater o bom combate, de perseverar e de oferecer sã violência ao Reino de Deus, que é tomado pela força da persistência.

(e) **Pureza**, pela qual o crente espera a segunda vinda do seu Senhor, tal qual uma noiva se prepara para o dia do casamento, isto é, da união íntima entre o Criador e a criatura eleita.

7-3. AMOR

A vida cristã é permeada pelo amor. Atributo da essência divina, o amor é ligado à perfeição, pois tem origem em Deus e é estendido à criatura, para que esta o compartilhe, com vigor equivalente, ao próximo. A essência da lei e dos profetas está no amor: ambos os mandamentos citados por Jesus contém a palavra “amor”: o primeiro, dirigido a Deus, deve ser expresso “de todo o teu coração, e de toda a tua alma, e de todo o teu pensamento”; o segundo, dirigido ao próximo, que deve ser amado “como a ti mesmo”. O discípulo de Cristo é conhecido pelo amor.

O amor é expresso por *gratidão* e de *doação*: ele se consome, se sacrifica pelo bem-estar do próximo – isto é, qualquer pessoa – ainda que haja prejuízo próprio. *Nele não há lugar para o egoísmo*. Há envolvida, aqui, uma atitude de amar, não um sentimento: o amor, para ser exercido, independe de qualquer afeição pessoal. Por essa razão o amor deve ser estendido ao próximo, quem quer que ele seja, inclusive aos inimigos. O exemplo maior vem do próprio Jesus Cristo, que deu sua vida pelos eleitos, enquanto eles ainda eram seus inimigos.

A concepção judaica de amor é diferente da grega: enquanto a primeira é expressa por uma atitude de amor (verbo hebraico אָהַב, *ahab*, amar), no grego bíblico encontram-se três concepções distintas⁵⁶: *στοργή* (*storgê*⁵⁷ = amor familiar, ternura); *φιλέω* (*philéo* = amizade, companheirismo) e o mais importante, *ἀγάπη* (*agapé*), que carrega os sentidos de

⁵⁶ O amor erótico, *ἔρως* (Gr. *eros*), não é mencionado nas Escrituras. A própria Septuaginta usa *ἀγάπη* (Gr. *agapé*) em Ct 2:4, 5, 7; 3:5, 10 e passagens correlatas.

⁵⁷ Segundo a Concordância Strong, o termo “*storgê*”, na Bíblia, está atrelado a “*phílos*” (*φίλος*, amigo), formando o termo *φιλόστοργος* (*philostorgos*) de Rm 12:10, traduzido pela NVI como “dedicação” (dedicar-se, estar dedicado) e pela King James como “ser gentilmente afeiçoado”. O sentido do amor de Rm 12:10, ainda, compreende o exercício de um amor em família.

“amor, benevolência, boa vontade, estima”, considerado como *aquele exercido conforme a preferência de Deus*. A ênfase bíblica recai sobre o “amor ágape”: algo dirigido, com destinatário certo, que está disposto a se doar, a ser benevolente, a ter boa vontade, a desenvolver afetos por quem é objeto desse amor.

Nesse sentido, é apropriado dizer: **uma vez tendo o amor destinatário certo, ele não é dirigido a todos, indistintamente, da mesma forma**. A preferência a que se refere o “amor ágape” é centrada no aspecto *moral*, não de natureza volitiva, emotiva ou racional. Logo, não há conflito com o aspecto moral quando nota-se que Deus ama aos que ele *prefere* amar – entre Jacó e Esaú, por exemplo – e *não estende seu amor a todos*. O modelo de amor do crente é aquele que Cristo sente por sua igreja, e que deve ser exercido na comunidade através de atitudes práticas e visto na vida de cada indivíduo.

Por fim, o amor, ao compreender uma atitude, pode ser acompanhado de disciplina, de repreensão, de correção, como o de um pai ao seu filho, e está envolvido pela *verdade*. Ademais, amor não se confunde com *caridade*, como quer o **espiritismo**, sendo que *graça* – do grego χάρις (*charis*), origem da palavra “caridade” – e amor, embora expressos pelo mesmo Deus, são elementos distintos entre si, pois a graça é uma das expressões do amor divino, não do ser humano.

ARTIGO II

LIBERDADE CRISTÃ E SEUS LIMITES

7-4. LIBERDADE

Para o cristão, liberdade é servir a Cristo. O início da liberdade ocorreu quando este foi salvo – liberto, portanto e para sempre, do pecado. Não havendo mais lei que o justifique, até mesmo porque as obras da lei, em si mesmas, não produzem justificação, o crente desfruta da graça divina, que o liberta de maneira real e completa.

Dessa forma, o indivíduo que deseja viver um relacionamento com o Criador que passe por ritos, formalidades, conduta ascética ou mesmo pautado na estrita observância da lei, distorcendo-a com propósitos de autoexaltação, vive uma conduta religiosa e, portanto, *uma mentira*. O crente já foi liberto do jugo do pecado, da lei, das crendices, das superstições e da religião: se torna a esse jugo, mesmo que seja através de uma igreja dita evangélica, ele desdenha da obra divina e comete novo pecado. Qualquer forma de legalismo, que tente acrescentar a Cristo algo além para que se viva a plenitude espiritual (Cristo mais ritos, ou mais leis, ou

mais objetos ungidos), nega o Espírito, nega o sacrifício de Cristo na cruz, vangloria-se de suas próprias obras e alimenta o orgulho humano. Nesse contexto entram os ditos movimentos **cristãos judaizantes**, que nada são além de *movimentos farisaicos modernos, apóstatas e idólatras*, adotando práticas como:

- Observância das festas judaicas, como o *bar-Mitzvah*, o *Yom Kipur*, o *Purim* ou a festa dos Tabernáculos, bem como a guarda do sábado, sendo que tudo isso foi abolido.
- Uso do *shofar* como instrumento de invocação a Deus ou para liberar unção, sendo que a simples oração já tem essa finalidade.
- Uso de diversos símbolos judaicos como o *Menorah* (candelabro de sete braços), a Estrela de Davi, além da incorporação do rolo da *Torah* ou da própria “réplica” da Arca da Aliança, sendo que esses objetos não têm significado algum dentro do meio cristão.
- Uso de *kipá*, *talit* e outras vestimentas judaicas para adentrar a sinagoga, sendo que nada mais são do que costumes religiosos judeus.
- Tirar os calçados ao entrar no salão do templo, por ser supostamente “terra santa”, sendo que o templo do Espírito é o próprio crente.
- Tratamento dos músicos como “levitas”, sendo que sequer são descendentes da tribo judaica de Levi e não vivem como os tais.
- Orar em idioma judaico, sendo isso mais um preciosismo desnecessário e inútil aos falantes do idioma português.
- Reinstauração do clericalismo condenado pela Reforma, com a consagração de pastores como “apóstolos”, “bispos primazes” e até como “patriarcas”, sendo que cada crente é um sacerdote do Deus Altíssimo.

Desnecessário mencionar os rituais e formalidades religiosos, sobretudo do **papismo**, sendo que cada um deles carrega um elemento antibíblico de existência, dado o caráter apóstata dessa religião aparentemente cristã.

Toda religião prega uma falsa liberdade. Todo ascetismo e legalismo devem ser tratados como heresia, e rapidamente abandonados, pois são malditos aos olhos de Deus. O véu do Templo já foi rasgado; voltar a essas práticas é tão repugnante quanto o cão ao próprio vômito. Somente o relacionamento pessoal com Jesus Cristo é que conduz à verdadeira liberdade.

7-5. LIMITES DA LIBERDADE CRISTÃ

7-5-1. PADRÃO DA LIBERDADE: AS ESCRITURAS E A LEI DIVINA

Liberdade sem limites conduz à libertinagem. Embora o crente não viva debaixo do ascetismo do “pode/não pode”, nem preso ao legalismo, toda liberdade é acompanhada por responsabilidade, da qual ele não pode fugir.

Como já visto e demonstrado, a única regra válida para o cristão é a Palavra de Deus: ela fica atada à consciência, e a leva cativa – parafraseando Martinho Lutero em sua declaração na Dieta de Worms – pois está cativa a Cristo. Sem a Palavra, o crente ficaria à mercê dos ditames da Igreja, do Estado ou da sociedade, e os mártires cristãos sempre se opuseram, ao longo da História, a todos esses ditames, quando confrontavam a autoridade das Escrituras. Vale dizer, portanto: *nenhuma norma da Igreja, do Estado ou da sociedade tem autoridade suficiente para afrontar, contrariar ou mesmo substituir a Escritura, de modo a obrigar a consciência de qualquer pessoa*. O padrão bíblico é o maior existente de excelência moral, não sendo legítimo ao homem, à igreja, ao Estado ou à sociedade ditar outro que lhe seja superior.

As Escrituras, no entanto, não apenas aconselham: elas dão ao crente um conjunto numeroso de mandamentos, preceitos ou leis, a serem observados. Mesmo os pagãos são leis para si mesmos, com mandamentos escritos em seus corações; quanto mais os cristãos, que possuem acesso direto à verdade.

Pode-se dizer que as leis bíblicas são divididas em quatro categorias:

(a) Leis essenciais, que versam sobre o caráter de Deus, imutáveis e obrigatórias para todas as criaturas dotadas de senso moral (homens e anjos). Exemplo dela é o mandamento de amar a Deus sobre todas as coisas.

(b) Leis morais, que versam sobre as relações interpessoais humanas. Exemplo dela é o dever dos pais para com os filhos, ou as leis que dizem respeito ao matrimônio.

(c) Leis sociais, que versam sobre as condições temporais humanas, dispostas à administração da justiça e válidas no contexto temporal judaico. Exemplo dela é a ministração da pena de morte a determinados crimes.

(d) Leis cerimoniais, que versam sobre finalidades específicas, tanto no contexto social judaico quanto no que diz respeito ao culto prestado a Deus. Exemplos dela são a circuncisão e a guarda do sábado.

Atendendo-se a essa “hierarquia normativa bíblica”, percebe-se que as leis essenciais têm prioridade sobre as demais. A isenção de uns e outros mandamentos, porém, é dada pelo próprio Deus, tendo íntima relação com a aliança na qual esses mandamentos foram manifestados. Diante disso, é notório que *dois tipos de lei não mais têm vigor para o crente: as cerimoniais*, pois o sacrifício de Cristo foi suficiente para lhes cumprir com a finalidade; e as *sociais*, visto que o povo de Deus, embora governado por Ele, não está, diante do meio secular, numa teocracia, tal como Israel o esteve. A **teonomia**, que autorizaria a validade de leis sociais bíblicas num contexto laico de sociedade, portanto, *permanece inválida* até que haja novos céus e nova terra. Todo o contexto normativo, no entanto, tem algo de precioso a ensinar ao homem, quer esteja superado ou não.

A excelência da lei essencial e da moral está nos Dez Mandamentos, ou Decálogo. Examinando-se os Dez Mandamentos, tem-se uma introdução, na qual Deus declara sua natureza e a relação dele para com o povo, e também o seguinte:

MANDAMENTO	SIGNIFICADO
<p>Não terás outros deuses diante de mim. (Êx 20:3)</p>	<p>Reconhecimento de Yahweh como o verdadeiro e único Deus, e todos os deuses como falsos. Deus deve ser amado e considerado acima de tudo, e nenhum outro (deus, santos, anjos, Maria) é digno de ser objeto de culto. Qualquer pessoa ou coisa que substitua o culto ao Deus verdadeiro perfaz a idolatria⁵⁸.</p>
<p>Não farás para ti imagem de escultura (...) Não te encurvarás a elas nem as servirás (...) (Êx 20:4-6)</p>	<p>Tentar representar Deus como uma forma física é reduzi-lo em sua glória, o que é blasfêmia. As demais coisas visíveis também não podem ser representadas <i>para fins de culto</i>, ou de ser objeto de adoração, pois isso é também idolatria⁵⁹. Isso visa prevenir, também, a apostasia como consequência da idolatria, vitimando a pessoa do ídólatra e as gerações a ele subsequentes.</p>
<p>Não tomarás o nome do Senhor teu Deus em vão (...) (Êx 20:7)</p>	<p>Não se deve ofender o caráter de Deus através de irreverência ou de falso testemunho – isto é, de juramentos <i>desnecessários</i>.</p>

⁵⁸ Dessa forma, os **papistas** incorrem em idolatria ao invocarem os santos e anjos e cultuarem Maria, virtualmente deificada ao longo dos séculos: primeiro ela foi declarada “para sempre virgem”; depois “Mãe de Deus” (*theotokos*) no concílio de Éfeso em 431 d.C.; após, com a dedicação de templos e festividades em honra à “Rainha do Céu”, invocada como Deus – virtualmente acima dele. Em seguida vieram a “doutrina da Imaculada Conceição de Maria”, segundo a qual ela teria nascido sem as máculas do pecado original, para dar à luz a Jesus igualmente sem pecado. Eles tentam justificar a adoração à Maria como “hiperdulia”, termo que designa uma honra especial à mãe de Jesus. Diante, no entanto, de provas abundantes da liturgia mariana vinda da igreja romana, nota-se que a figura bíblica de Maria – essa em hipótese alguma rejeitada pelos cristãos – foi convertida numa *deusa*, como Ártemis dos Efésios, a quem eram oferecidas procissões e tratamento de “mãe”.

⁵⁹ Essa proibição também se estende às chamadas *reliquias*, adoradas pelos **papistas** até hoje em suas igrejas. Eles alegam, ainda, o fim didático de veneração – jamais admitem que há adoração aos santos e anjos – daqueles que não sabiam ler, para lembrança do mistério da encarnação e para o exercício da piedade, na formulação da doutrina de Tomás de Aquino. As explicações pagãs são rigorosamente as mesmas para a adoração a imagens, com o agravante da omissão da igreja em deixar de ensinar o correto para relegar autorização ao culto de algo proibido por Deus expressamente em sua Palavra. Além disso, as relíquias são, além de sem valor algum para a fé, produto de fraude e plenas de significado supersticioso, como convinha aos romanos antigos em seu paganismo aberto.

MANDAMENTO	SIGNIFICADO
Lembra-te do dia do sábado ⁶⁰ , para o santificar (...) (Êx 20:8-11)	Lembrar-se do Criador; celebrar e contemplar a criação; voltar-se à natureza espiritual, individual e coletivamente; descanso físico.
Honra a teu pai e a tua mãe (...) (Êx 20:12)	Honra aos que são superiores, dentre as relações interpessoais. Há deveres mútuos nesse mandamento entre autoridade e subordinado. O exemplo do lar se estende à sociedade, igreja, governo e Instituições.
Não matarás (Êx 20:13)	Ataca-se toda forma de causar mal ao próximo, pois isso desvaloriza a vida humana. Homicídio não malicioso, como em caso de guerra ou em legítima defesa própria ou de outrem, não se enquadra nesse caso.
Não adulterarás (Êx 20:14)	Ataca-se toda forma de impureza, por pensamentos, palavras ou atitudes, o que constitui adultério (violação, traição) contra a santidade de Deus.
Não furtarás (Êx 20:15)	Ataca-se a violação do direito de posse e de propriedade individuais, ambos essenciais ao desenvolvimento da sociedade ⁶¹ . Condena-se aqui não apenas o furto e roubo, mas também a extorsão, a fraude, e tudo aquilo que tira o pertence do alheio.
Não dirás falso testemunho contra o teu próximo (Êx 20:16)	Rejeita-se todo tipo de mentira, maledicência, falsidade e zombaria, em palavras, pensamentos e atitudes. Há, no transgressor, uma <i>intenção</i> de enganar ⁶² .
Não cobiçarás (...) coisa alguma do teu próximo (Êx 20:17)	Rejeita-se a cobiça, ou o desejo desordenado daquilo que não se tem, e que o próximo detém (sobretudo riqueza), bem como a inveja: ambos se opõem ao amor ao próximo. Estimula-se o contentamento.

⁶⁰ O cristão celebra o domingo por ser o dia da redenção do mundo em Cristo. O último dia foi, então, trocado pelo primeiro: a essência do mandamento foi preservada, ainda mais porque é na redenção que o cristão, de fato, tem descanso em Deus. O que se contraria, em verdade, é a *guarda cerimonial do sábado*, como querem até hoje os **Adventistas do Sétimo Dia**, algo revogado desde a consumação da lei em Cristo. Guardar o sábado como lei cerimonial implica em guardar todos os demais mandamentos da lei judaica de igual forma, sob pena de maldição; invalida-se, assim, a perfeição do sacrifício de Cristo.

⁶¹ Dessa forma, tanto abolir a propriedade privada quanto fazer a socialização de bens, como querem o **comunismo** e o **socialismo**, são teorias que ofendem esse mandamento.

⁶² Não existe, portanto, uma “mentirinha inocente”, ou aquela feita para prevenir algo mais grave. Mentira é defeito de caráter e, portanto, pecado.

7-5-2. DISCERNIMENTO DA LIBERDADE: O JULGAMENTO

Ao estabelecer um padrão de conduta, a Bíblia demonstra a necessidade de que o homem use de seu discernimento espiritual para saber se determinado ato é certo ou errado. Dessa forma, a atitude de julgar é algo não apenas legítimo, mas necessário ao exercício da fé cristã.

Nenhum argumento contra essa ou aquela heresia deve ser superado com a ameaça – velada, mas existente – de que “não se deve julgar”. O *reto juízo*, com o qual todo crente deve exercer sua prerrogativa, é algo indispensável para a superação de heresias e credices que circulam no meio evangélico, e ele é obtido através do exame minucioso da Bíblia e da constante prática de seus mandamentos.

7-5-3. EXERCÍCIO DA LIBERDADE: CONVENIÊNCIA E EDIFICAÇÃO

Assim, é lícito ao crente fazer todas as coisas; deve atentar, porém, ao que *convém* e ao que *edifica*. Não lhe é lícito, então, fazer tudo o que a Bíblia não proíbe – ou seja, uma forma velada de legalismo – mas perceber se o seu ato vem a materializar tudo o que for verdadeiro, honesto, justo, puro, amável, de boa fama, e se nele há alguma virtude ou algum louvor. É pecado o mau uso da liberdade, sobretudo se ele vem a fazer com que alguém se escandalize, isto é, perca a fé, ou mesmo tropece no exercício da fé cristã: isso é violar a “lei do amor”, o mandamento mais importante destacado por Cristo.

7-5-4. OBJEÇÃO AO PARÂMETRO DA LIBERDADE: ANTINOMIANISMO

As correntes antinomianistas negam a importância da lei de Deus estabelecida na Bíblia. As principais são as seguintes:

(a) Antinomianismo dialético: apregoa que as palavras da Bíblia só podem ser aplicadas mediante um raciocínio dialético, não como um mandamento divino direto e literal do que seja a vontade divina.

(b) Antinomianismo dispensacionalista: alega que, uma vez vivendo sob a dispensação da graça, a lei é inútil ao crente.

(c) Antinomianismo dualístico: típica do gnosticismo, ela apregoa a salvação da alma e, já que o corpo perecerá, seu comportamento é irrelevante para essa salvação, autorizando-se, portanto, que a pessoa viva como bem entender, já que a alma será preservada.

(d) Antinomianismo em Cristo: alega que, sendo o crente salvo em Cristo e, por essa razão, justificado pela fé, Deus não veria pecado no crente, autorizando-o a agir como bem entender.

(e) Antinomianismo situacionista: alega que os mandamentos não são leis com força imperativa, submetidas ao maior dos mandamentos, o amor.

Pela ordem, responde-se às objeções:

(a) Não se pode relativizar a Escritura, tampouco construir raciocínios sobre ordens claras por ela dadas. Os mandamentos divinos são claros e suficientes – assim como as Escrituras, como um todo – para serem prontamente executados.

(b) A graça não anula a lei, conforme já demonstrado. Dessa forma, os mandamentos continuam revestidos de perpetuidade, ainda que normas específicas tenham sido superadas por outras de maior valor.

(c) Deus salva o indivíduo como um todo, e o considera como um todo. Os pecados são cometidos também pela alma: isto quer dizer que tanto corpo quanto espírito são pecadores. Logo, dizer que só o corpo pode pecar é herético.

(d) Não é possível estar em Cristo sem ser uma nova criatura, a qual não tem o pecado como norma de vida. Quem permanece numa vida de pecado não conhece a Deus.

(e) O amor é quem garante o cumprimento da lei. A força imperativa da lei divina não é, portanto, afetada ou diminuída por conta do exercício do amor.

Por fim, cabe dizer que o arrependimento significa deixar as obras da carne para cumprir a lei divina; a santidade capacita ao homem cumprir a lei com maior perfeição, a exemplo de Cristo, que cumpriu toda a lei; e a perseverança dos santos está em agir, de todas as formas, para que a lei do Senhor seja a norteadora de seu comportamento. Logo, a lei, assim como a graça, permeia a vida do crente. *O antinomianismo é heresia.*

ARTIGO III

INICIATIVA E BOAS OBRAS

7-6. INICIATIVA CRISTÃ

O sentido da vida para o cristão é resumido na seguinte atitude: *agradar a Deus de todas as formas e possibilidades.* A vocação oficial do crente permeia sua comunhão com Deus, seu relacionamento com o próximo e na prática de boas obras como decorrência da sua fé. Uma das consequências do chamado de Deus para a salvação é a disposição imediata para que o crente o sirva: isso envolve um comportamento de iniciativa.

A iniciativa do cristão, no entanto, será sempre marcada pela obediência e pelo temor ao seu Senhor, não por uma ousadia inconsequente, reflexo da pretensão pecaminosa que considera a autossuficiência como atributo, não como defeito do caráter. Viver, sim, é arriscar, e Deus capacita ao cristão para que este tome decisões prudentes, porém que representem riscos calculados.

A Bíblia não traduz fórmulas prontas para as atitudes do homem tendentes a agradar a Deus: se isso ocorresse, haveria algo mecânico e profundamente desgastante no que se espera de um relacionamento entre Pai e filho, ou de amigo para amigo. Usa-se de criatividade para a pregação do Evangelho; para o discipulado dos novos convertidos; para o exercício de dons e talentos em favor da igreja; para contextualizar a mensagem do Evangelho nos mais diversos ambientes; para que o nome de Jesus seja exaltado por todos os lugares. Certamente é de agrado de Deus que cada talento investido no ser humano seja algo lucrativo.

7-7. BOAS OBRAS

As boas obras praticadas pelo crente constituem expressão de sua fé. Isso quer dizer que, tão certo quanto o fato de a regeneração precede à fé salvífica, assim a fé precede as boas obras, e nada disso ao contrário. Pratica boas obras quem é munido de fé.

Havendo essa correlação, não há como se defender a ideia de oposição entre fé e obras, senão de complementaridade entre esses elementos. Obras não justificam ninguém, pois esse atributo é da fé; a fé, sem obras, é morta – isto é, não tem valor, pois não traduzem vida cristã na prática. Quem tem uma fé genuína, ainda que pequena, demonstrará esse atributo através de boas obras, praticadas para agradar a Deus e em favor de outras pessoas.

Ainda que não haja mérito humano envolvido, as boas obras, por fim, contarão com recompensa, dada na forma de galardão, a ser atribuído no dia do Juízo ao crente em Cristo.

ARTIGO IV

ÉTICA CRISTÃ

7-8. FUNDAMENTOS

Ética vem do grego ἠθικός (*ethikós*), indicando algo que pertence ao ἦθος (*éthos*), ou algo dotado de caráter e bons costumes. No caso cristão, os bons costumes são evidência de uma crescente santidade, pois

eles advêm de um contato constante com Deus, passando a enxergar a realidade a partir da perspectiva divina, não dos parâmetros humanos do que seja moral, bom e justo. Num primeiro momento, o ser humano é confrontado como alguém que está muito aquém do parâmetro ético, mas que, a cada dia, tem crescido – ou pelo menos deve investir para tanto – visando ao crescimento espiritual pleno.

A ética cristã passa, indistintamente, pelo Antigo e pelo Novo Testamento. Pelo Antigo, sua herança está na lei e nos profetas; pelo Novo, através do testemunho e ensino apostólico. Todo esse fundamento passa pelo conhecimento progressivo da vontade de Deus, que, na maior parte das vezes, não guarda relação alguma com a vontade do homem. O desvio da Palavra de Deus, portanto, para o crente, indica desvio ético, o que deve ser prontamente corrigido, a fim de não gerar mau testemunho, apostasia ou mesmo heresia.

7-9. ESPECIFICAÇÕES

Há que se diferenciar, no entanto, a obediência à Palavra de Deus e a obediência fria a um conjunto de regras, estipuladas com força de lei; afinal, um relacionamento pessoal com Jesus Cristo, denominado cristianismo, não pode ser pautado por uma mera lista de regras, ainda que elas existam e sejam necessárias. Mesmo a ética filosófica rejeita a ideia de que haja confusão entre ética e lei: a lei pode se utilizar de princípios éticos para ser obedecida, e até estar aquém do que a ética determina, pois a lei não costuma abranger todas as hipóteses e todos os eventos. Procurar na lei mosaica, por exemplo, se o crente deve pedir a Deus para que esse ou aquele time de futebol vença o campeonato é um inútil contrasenso: ao contrário, *se ele buscar os princípios por trás dos mandamentos dispostos na Bíblia, poderá ter uma referência segura sobre como agir em qualquer circunstância*. Assim, ele exercitará seu discernimento espiritual com sabedoria, e não perderá seu tempo com questões inúteis.

Por fim, cabe dizer que ética e moral não são a mesma coisa, sendo que a ética supera a moralidade por se utilizar de uma análise racional e objetiva do comportamento, sem se atrelar, portanto, à opinião pessoal desse ou daquele indivíduo.

7-10. ESTUDO DE CASO: O PROBLEMA DOS JURAMENTOS E VOTOS

Uma das polêmicas éticas recorrentes no meio cristão é sobre a possibilidade de se proferir ou não juramentos. A base de confronto está, aparentemente, diante da ordem expressa de Jesus para que as pessoas “de modo algum” jurassem (Mt 5:34) e em relação a numerosas passa-

gens da Bíblia Sagrada que defendem o contrário, como ordem manifesta, inclusive (Dt 6:13, por exemplo). Diante desse questionamento, considerando não haver contradições no texto das Escrituras, uma análise mais aprofundada pode ser realizada por alguém interessado em resolver esse aparente problema ético.

As Escrituras demonstram que o ato de jurar é, antes de tudo, um culto a Deus, pois manifesta, diante dos homens, que Deus existe e que é ele quem se faz testemunha da validade de determinado ato, sobre o qual recai o juramento. Até mesmo pelas premissas utilizadas, como “tão certo como o Senhor vive”, elas são indicativas de culto a alguém cujo poder e existência são conhecidos por aquele que jura; isso quer dizer que o juramento não é proferido a esmo, pois há consequências, se ele for quebrado. Além disso, Jesus respondeu a um juramento sob a forma direta, típica dos rabinos, ao ser interpelado no Sinédrio (Mt 26:63).

Dessa forma, o problema não está no juramento em si, mas em sua *motivação*. Jurar em falso é violar o terceiro mandamento; pelo cumprimento de algo impossível é algo insensato e, portanto, pecado, assim como jurar para cumprir algo pecaminoso. Logo, não há maiores problemas na prática desse ato, sendo a Escritura clara a esse respeito.

Por fim, há que se diferenciar juramento e *voto*, sendo que este não clama Deus como testemunha, tampouco traz alguma imprecação se não for cumprido. O voto tem uma natureza de promessa, feito mediante adoração aceitável a Deus e tendente a edificação espiritual do cristão; condena-se, no entanto, o voto monástico, pois sua natureza pecaminosa, prejudicial ao homem e enaltecadora do mérito das boas obras, o invalida.

ARTIGO V

ATIVIDADES COMPLEMENTARES

7-11. PASSAGENS BÍBLICAS PARA ESTUDO DESTE CAPÍTULO

Selecionamos, a seguir, as passagens mais relevantes para a compreensão dos assuntos tratados por este capítulo. Há diversas outras, mas não pretendemos ser exaustivos nessa relação. Localize-as na sua Bíblia.

ARTIGO	PASSAGENS
I	Dt 6:5; Mt 8:10-13; 13:20, 21; 22:37, 38; Mc 16:17, 18; Jo 3:16; 5:24; 10:27, 28; 15:13; Rm 8; 12:9; 15:13; 1 Co 13; 2 Co 13:13; Fp 1:21-24; 2 Ts 2:10; Hb 6:18, 19; 11:1; Tg 2:19; 1 Jo 5:10, 11

II	Êx 20; Dt 5:6-21; Mt 23:23, 24; Mc 2:16-3:6; Jo 8:34-36; Rm 5:1, 2; 7:7-11; 1 Co 6:12; 10:14-33; 2 Co 11:13-15; Gl 1:6-9; 3:1-3; 4:21-31; 5:1-6; Fp 4:8; Cl 2:16-17
III	Rm 3:28; 1 Co 9:19-23; 2 Co 5:9; Fp 3:12-14; Cl 3:17; 2 Tm 4:7, 8; Tg 2:14-26; 1 Jo 3:11-18
IV	Lv 20:7; Dt 23:21-23; Pv 9:10; 15:33; 20:23; Mt 22:37-40; Rm 14:8; 2 Co 5:15; Ef 4:1; 2 Tm 2:23; Tt 3:9; Fm 16; 1 Pe 1:16

7-12. QUESTÕES PARA DEBATE OU REFLEXÃO PESSOAL

- (a) Por que, em 1 Co 13:13, o amor está acima da fé e da esperança?
- (b) Em que sentido a lei de Deus ainda vigora e permeia o relacionamento entre o Criador e seus filhos?
- (c) “Somos chamados para as boas obras, não pelas boas obras”. Você concorda com essa afirmação? Justifique.
- (d) Por que a maioria dos evangélicos, vez ou outra, promove debates sobre assuntos ligados à ética cristã, sem, no entanto, a preocupação de lançar um fundamento sólido com base nas Escrituras?

7-13. ESTUDO INDUTIVO

1. Com base nos comentários já relatados, complete as lacunas a seguir.
- (a) Fé é o firme _____ de suporte e confiança do crente, com base no _____ da verdade.
- (b) O crente foi liberto do jugo do _____ e da religião. Qualquer forma de _____ nega a Cristo e a sua obra.
- (c) Uma das consequências do _____ de Deus para a salvação é a _____ imediata do crente para o serviço.
- (d) A ética cristã passa, indistintamente, pelo _____ e _____ Testamentos: o primeiro, com a _____ e os _____; o segundo, pelo _____ e pelo _____ apostólico.
2. Analise a presença de fé, esperança e amor na armadura do Espírito, descrita em 1 Tessalonicenses 5:8. Procure identificar o porquê de a fé e o amor serem “couraça”, e a esperança o “capacete”.

7-14. LEITURA BÍBLICA OBRIGATÓRIA

Não hesite em tratar a sua Bíblia como ferramenta de trabalho: marque as passagens que julgar mais significativas, grifando-as, realçando-as com caneta marca-texto ou outro recurso do qual dispuser. Não se limite a apenas ler a Bíblia: é necessário estudá-la e meditar em seus preceitos.

CAPÍTULO 8

O CONHECIMENTO DA VIDA CRISTÃ EM COMUNIDADE

ASSUNTO	FINALIDADE
Examinar a posição cristã sobre o desenvolvimento do crente em comunidade.	Conhecer como ocorre a constituição e organização da igreja, os meios de graça, o relacionamento comunitário com Deus e os dons espirituais.

ARTIGO I

A IGREJA COMO PROJETO DE CRISTO

8-1. NATUREZA E ELEMENTOS

8-1-1. GENERALIDADES

Fé cristã não é algo a ser exercido de forma isolada. Desde o início Deus pensou em ajuntamento, em congregar: primeiramente o povo de Israel, depois o “Israel espiritual”, isto é, a igreja. Assim, é próprio dizer, de antemão, que igreja não é templo ou lugar, mas sim um *ajuntamento*, uma *assembleia* ou *congregação*, e é esse propriamente o sentido do termo grego ἐκκλησία (*ekklesia*), de onde vem a palavra latina *ecclesia*, ou, em português, “igreja”.

Embora haja a igreja visível, formada pelo ajuntamento dos que creem em Cristo como Senhor e Salvador, *a igreja é predominantemente invisível*, pois Deus conhece os que lhe pertencem. Duas implicações decorrem desse raciocínio: nem todos os membros arrolados em deter-

minada igreja são integrantes, de fato, da igreja de Cristo, podendo ser chamados de “ímpios congregados”; e há os que, embora não arrolados, sejam membros da real igreja de Cristo, ou “eleitos não congregados”.

A igreja, ademais, se reúne *localmente* (igreja local), mas se projeta *universalmente* (universal, ou católica⁶³), sendo próprio lhe designar por igreja, qualquer que seja o efetivo. O “novo Israel”, pelo qual Cristo deu sua vida, congrega os verdadeiros *judeus*, feitos espiritualmente filhos de Abraão, não segundo a carne, e *circuncidados* no coração, não na carne. Todo eleito de Deus é, portanto, espiritualmente israelita, descendente de Abraão segundo Isaque e herdeiro da promessa, isto é, da fé que conduz à salvação eterna. Não há um abandono do povo judeu e a consequente substituição da nação israelita pelo “novo Israel”, e sim uma continuidade, pois a aliança e a promessa são uma só. Deus congregará em seu Reino os eleitos dentre as doze tribos (físicas) de Israel e dentre os povos gentios, não havendo distinção entre judeu e grego nos decretos divinos.

Por fim, cabe ressaltar que a *igreja não é o Reino de Deus*: a igreja é um preparo para a vida comunitária no Reino, tendo o papel, na terra, de testemunhar e anunciar a chegada desse Reino celestial. A confusão da igreja com o Reino advém dos papistas, que – virtualmente – querem converter o celestial com o terrestre. Essa chegada, ademais, é um fato *presente*, pois ainda que não haja a plenitude do Reino celeste na terra, ele já é vivido, por experiência, entre os crentes.

8-1-2. DISTINÇÃO ENTRE A VERDADEIRA E AS FALSAS IGREJAS

Alguns são os sinais distintivos da verdadeira igreja de Cristo:

- (a) Senhorio absoluto e incontestável de Cristo.
- (b) Bíblia considerada, ensinada e pregada como Palavra de Deus.
- (c) Cumprimento das ordenanças específicas de Cristo e transmitidas pelo ensino apostólico (batismo e ceia).
- (d) Funcionamento ininterrupto e regular, ainda que a congregação não se reúna sob a forma externa de templo.

Dessa forma, os sinais distintivos das falsas igrejas são:

- (a) Enaltecimento de autoridade humana em prejuízo da de Cristo, fundamentada numa estrutura hierárquica rígida e cujo representante maior se põe como alguém incontestável, herdeiro de ininterrupta tradição apostólica, cuja palavra possui valor dogmático e cuja opinião é infalível aos seus fiéis.

⁶³ A igreja de Cristo é *católica*, por ser universal (Gr. καθολικός = *katholikos*, universal); *apostólica*, pois observa o testemunho e ensino apostólicos; *mas não é romana*, pois não está subordinada ao papa nem à igreja de Roma.

(b) Divisão de autoridade bíblica com tradições, superstições, crenças ou com o “magistério eclesiástico”, que se arroga no poder de decretar isso ou aquilo como verdade, indo além ou deliberadamente negando o ensino das Escrituras.

(c) Substituição do modo de celebração e do real significado das ordenanças de Cristo.

(d) Rejeição quanto à importância de reunião regular de seus membros, feita de modo informal, ocasional e descompromissado, ou mesmo estímulo a essa eventualidade, como convite para que a pessoa compareça se movida por necessidade ou como se evento ou clube fossem.

Uma falsa igreja pode apresentar diversas dessas características, ainda que não todas. Outras variantes também são detectadas:

- Seu guia espiritual, embora supostamente se utilize de uma “base bíblica”, perverte o ensino, pregando o liberalismo teológico (humanista), opiniões pessoais como se dotadas de “autoridade apostólica”, ou meios supersticiosos para o fiel obter a bênção de Deus (toalha ungida, sabonete do descarrego, folha de arruda, dentre outras aberrações já citadas);

- A personalidade central deixa de ser Jesus Cristo para ser o “preletor ungido”, o “evangelista”, o “missionário”, num autêntico culto idolátrico à personalidade.

- A Bíblia é deixada de lado nas pregações e escolas dominicais para que se fale a respeito de assuntos inúteis à edificação cristã, com ênfase na autoajuda e na aplicação de especulações e teorias psicológicas para se explicar condutas relacionadas ao pecado;

- As bênçãos de Deus e dons especiais são mais valorizados do que o Deus das bênçãos, com grande ênfase na herética teologia da prosperidade e na captação de dinheiro dos participantes;

- O culto é convertido numa “sessão de música, dança e coreografias” dispostas a entreter ao homem e não a agradar a Deus.

Cabe ao cristão autêntico detectá-las e se apartar desses templos e congregações, ainda que levem o nome de “igreja” e se afirmem como fiéis a Jesus Cristo. Tais são o que a Bíblia denomina “sinagogas de Satanás”.

8-1-3. PROFUSÃO DENOMINACIONAL, ECUMENISMO E PROSELITISMO

Conforme já comentado no subitem 3-7-2, Capítulo 3, a falta de relevância do aspecto “suficiência das Escrituras” levou à formação de milhares de denominações protestantes. A igreja de Cristo, que deveria ser uma só, ainda que dispersa pelo mundo por causa da perseguição, atualmente se encontra fragmentada: as principais razões para isso são a divisão interna das congregações, o engano nas concepções teológicas e, principalmente,

a apostasia. O caminho da multiplicidade das denominações evangélicas foi profetizado por Jesus como “a porta larga”, pois muitos – isto é, a grande maioria – seria enganada ao procurar o caminho que conduz à vida.

Na própria igreja primitiva, o apóstolo Paulo já prevenia os cristãos para se acautelarem dos “lobos vorazes”, homens que penetrariam no seio das comunidades para arrebatá-los por meio de suas falsas doutrinas. Outros sequer se deram ao trabalho de se proteger dessa sedução: eles mesmos foram em busca de “doutores” – note-se a o apreço por títulos, desde aquela época – que pregassem aquilo que eles gostavam de ouvir, desviando seus ouvidos da verdade e “voltando às fábulas”. Em outros casos, faltou a perseverança pela sã doutrina, o que promoveu divisão em igrejas legítimas de Cristo. Em situações diversas, a apostasia fez com que os hereges saíssem do meio cristão, pois a ele não pertenciam; em outros, no entanto, os próprios cristãos legítimos foram expulsos por manterem a sã doutrina contra a vontade dos falsos pregadores e de sua liderança apóstata.

Como se nota, o levante maligno contra a obra da igreja de Cristo sempre foi forte e evidente, criando divisões, contenda e manifesta apostasia, para dentro e para fora da comunidade cristã. Diante desse quadro, apontam-se dez orientações e sugestões:

(a) Reforma e avivamento de um sistema somente ocorre através do retorno pleno às Escrituras Sagradas.

(b) Crenças fundamentais da fé cristã devem ser enaltecidas, através da leitura e estudo constantes da Bíblia Sagrada.

(c) Entendimentos secundários sobre a Palavra de Deus devem ser considerados para motivo de ensino e exortação, porém de modo a não estimular divisão no corpo, nem de que haja uma perigosa tendência ao dogmatismo, com imposição de autoridade baseada em falsas premissas.

(d) Deve-se examinar o porquê de eventual “segunda opinião”: quais suas motivações, justificativas e consequências.

(e) Deve-se fazer uma separação nítida entre doutrina e costume, de modo que costume não se torne doutrina.

(f) Igrejas não devem ser tratadas como partidos políticos.

(g) Igrejas não devem ser tratadas como celeiros de tradições e rudimentos humanos, como autênticas representantes de uma vã religiosidade.

(h) É necessário o retorno ao fundamento da vida cristã cuja base é o próprio Deus e não a autoridade ou cosmovisão humana.

(i) É necessário o retorno à centralidade do culto a Cristo, não àquilo que seja de interesse imediato do homem.

(j) É necessário que haja estímulo ao diálogo interdenominacional para fins de trabalho conjunto em prol de uma mesma causa, e que não haja impedimento para as comunidades se tratarem como irmãos em Cristo.

Há casos, no entanto, em que a separação é necessária: *sério desvio doutrinário*, a ponto de a igreja original se tornar uma falsa igreja e sem possibilidade de que esta, mesmo após oração e admoestação, venha a se arrepender desse desvio; *confronto de obediência entre as Escrituras e o que determina a igreja ou autoridade eclesiástica*, desde que analisado à luz da consciência e feito com humildade; e em *situações de recusa de cooperação com a obra, ou mesmo recusa de comunhão*, por haver resistência de parte da igreja, e não do membro dissidente. Todas essas razões devem ser dispostas diante de Deus, tendo por finalidade a glória de Deus, não orgulho ou vaidade do homem apenas porque as coisas não têm funcionado do seu jeito.

Quanto ao aspecto “diálogo interdenominacional”, outro perigo está particularmente relacionado: o **ecumenismo**. Esse tipo de diálogo nada mais é do que a tentativa “pacífica” de dominação de um grupo sobre outro, sem recuo nas posições originais do grupo que deseja dominar. A *sã doutrina* não permite “abertura” ou concessão de bases “em nome do diálogo”, devendo ser prontamente repudiada por conta de suas consequências malignas, como o enfraquecimento das bases doutrinárias cristãs, a relativização de conceitos, a confusão doutrinária e, por fim, o esvaziamento da igreja. As celebrações ecumênicas, embora recebam respeito, não merecem por parte do crente nem anuência nem participação ostensiva, recomendando-se sua abstenção, quando possível e de forma justificada.

Concluindo, cada membro da igreja de Cristo deve se acautelar, também, dos **líderes espirituais proselitistas**, que cooptam, em círculos interdenominacionais, integrantes de outras igrejas, de modo a lhes inculcar suas doutrinas, costumes, práticas e valores, deturpando e relativizando as bases originais, com o fim principal de lhes atrair para sua denominação. A visão proselitista é *facciosa, carnal e herética*. Assim como no caso do ecumenismo, o proselitismo deve sofrer oposição ativa por parte do cristão autêntico.

8-2. FINALIDADE

A finalidade da igreja é subdividida em: **adorar, edificar e evangelizar**.

A adoração ao Senhor faz parte do ato de culto: conforme será visto com mais profundidade no Artigo III, o louvor deve ser feito com necessária gratidão no coração, por pessoas a quem Deus escolheu para o louvor da sua glória. A edificação é algo feito de crente para crente: nessa tarefa, não basta apenas a revelação original do Evangelho, mas um ajudando ao outro no crescimento espiritual, o que compreende o discipulado; a maturidade cristã deve ser desenvolvida de crente para crente. Já a evangelização demonstra a necessidade de o cristão agir em prol da comunidade, anunciando e testemunhando o Evangelho para todos. Não é objetivo da igreja, no entanto, *entretêr*, pois para isso o mundo já oferece muitas opções.

Todos esses trabalhos devem estar em equilíbrio, sem que uns pontos fiquem negligenciados em benefício dos demais. Haverá, no entanto, quem se dedique, por dom, à adoração mais do que ao evangelismo, e vice-versa: essa diversidade é necessária e desejável para a saúde da igreja.

8-3. PODER E GOVERNO

8-3-1. GENERALIDADES

Ainda que a igreja não seja – e jamais deva ser – uma empresa ou organização estatal, ela demanda o exercício de autoridade de uns para com os outros. É natural que haja uns em proeminência, dispostos a conduzir o povo cristão ao cumprimento da finalidade declarada no item anterior, e outros a lhes prestar obediência e fidelidade, reconhecendo que sua autoridade foi delegada por Deus.

O poder da igreja se revela no testemunho da pregação do Evangelho, bem como de admitir ou de excluir alguém da comunidade dos crentes: ambos são depreendidos da declaração de Jesus dirigida a Pedro, no tocante ao conferir a ele as “chaves do reino”, estas tendo o poder de abrir a porta do Reino aos crentes e de ligar ou desligar alguém da comunhão pela aplicabilidade de disciplina. O agir da igreja, então, é decorrente do trabalho prévio do Espírito, como um *meio* e não como algo indispensável ou substituto à ação deste.

8-3-2. DISCIPLINA ECLESIAÍSTICA

Disciplina é uma das marcas do cristianismo. Afinal, ela não decorre apenas de o crente fazer parte da comunidade, e sim de seu compromisso pessoal com Jesus Cristo. Este sabe, pela fé, que todo pecado precisa de tratamento e que, se cometido contra o irmão, demanda oração, diálogo e perdão: afinal, é bem melhor que haja um acordo prévio, definitivo, que minimize consequências, do que algo mais ostensivo perante a igreja.

Assim como nos regulamentos disciplinares, a disciplina tem uma dupla finalidade: *sancionar* a conduta errada por meio de eventual punição e de *educar* o infrator, promovendo-lhe restauração interior e reconciliação exterior, com Deus e os irmãos. Outras finalidades da disciplina eclesiástica são: proteção congregacional contra o pecado e a desonra; prevenção do cometimento de novas condutas semelhantes através do exemplo punitivo; e impedir que o pecado se alastre, causando consequências ainda piores.

Nem todo caso enseja aplicação da disciplina. Esta deve ser ministrada quando sai da esfera particular de um grupo pequeno, tomando proporções maiores, a ponto de atingir a vida pública da igreja.

Assim, algumas medidas devem ser tomadas para a solução do caso:

- (a) Minimizar o número de pessoas envolvidas.
- (b) Buscar, a qualquer tempo, a conciliação entre os envolvidos.
- (c) O infrator deve tomar a iniciativa de buscar a solução.
- (d) Não havendo solução: a congregação deve ser ouvida.
- (e) Se, mesmo diante da solução proposta pela congregação, o infrator recusar-se ao arrependimento, *seja ele excluído*.

Uma vez excluído por razões disciplinares, é dever da igreja advertir aos membros congregantes para que não tragam o infrator novamente à comunhão *até que* este, por ação do Espírito, arrependa-se, seja transformado, e busque reconciliação com a igreja. O infrator deve ser advertido como irmão; a punição não deve ser de duração indeterminada, nem fixado prazo prévio para sua duração, pois quem o fixa é o Espírito. A reconciliação deve ser acompanhada de perdão autêntico, sem a manutenção de qualquer tipo de ressentimento entre as partes.

Líderes da igreja também podem passar por disciplina, desde que a denúncia não seja feita por uma única pessoa – Paulo recomenda o depoimento por duas ou três testemunhas – e que haja transparência, diante da congregação, quanto ao acesso ao processo disciplinar, sem divulgação de maiores detalhes sobre o pecado cometido.

8-3-3. CORPO GOVERNANTE

A profusão denominacional (subitem 8-1-3) gerou um diferencial na constituição da liderança das igrejas. Seu caráter é secundário (alínea c do mesmo subitem): todas as formas têm aspectos favoráveis e outros contrários ao ideal.

A liderança de uma igreja cristã é composta pelos chamados “oficiais”, com responsabilidades específicas diante da congregação. A Bíblia traz três tipos de oficiais:

(a) **Apóstolos:** do grego ἀπόστολος (*apóstolos*, enviado a partir de alguém, comissionado, delegado), presente *apenas* na igreja primitiva⁶⁴, a função de apóstolo era ocupada por quem foi *testemunha ocular* da ressurreição de Cristo e quem recebeu dele essa comissão especial. Pela Palavra, foram apóstolos, pelo menos, os doze originais (Mt 10:1-7), Matias – que substituiu o traidor Judas Iscariotes (At 1:26) – Barnabé (At

⁶⁴ Isso significa que quaisquer pregadores que adotem o “título” de apóstolo, hoje em dia, incorrem em erro, manifestam um falso “chamado apostólico”, e, no máximo, são pastores.

14:14), e Paulo, que obteve do próprio Jesus comissão especial para ser apóstolo dos gentios⁶⁵.

(b) Bispos e presbíteros: do grego ἐπίσκοπος (*epískopos*, quem olha de cima, supervisor), bispo é um oficial com função semelhante à do presbítero, este do grego πρεσβύτερος (*presbyteros*, ancião), sendo ambos indicativos de uma posição de proeminência e liderança⁶⁶, todos do sexo masculino⁶⁷. Suas funções são a de dirigir as igrejas, responsabilizando-se pelo ensino da congregação e com qualificações específicas que os capacitem ao exercício de seus ministérios.

(c) Diáconos: do grego διακονέω (*diakonéō*, servo), o diácono é aquele separado para um serviço diferenciado em relação aos bispos e presbíteros, agindo conforme as necessidades da igreja local.

Esses oficiais devem ser escolhidos pela própria congregação, havendo ou não indicação por parte de um supervisor que trabalhe entre as igrejas. Por fim, destacam-se os principais tipos de governo eclesiástico: o *batista/congregacional*, com um pastor titular, um corpo diaconal e a igreja; o *presbiteriano*, com um Supremo Concílio, seus Presbitérios, o Conselho local de oficiais e a igreja; e o *episcopal*, encabeçado por um arcebispo e que conta, ainda, com bispos, reitores e a igreja⁶⁸.

Biblicamente, conforme já mencionado, o governo da igreja atual pode ter a presença de vários presbíteros – dentre eles um pastor, dedicado ao ensino – e a congregação, da qual alguns são separados para o diaconato. Nota-se, ainda, que é necessária a relevância do *sacerdócio universal entre os crentes*, de modo que o clericalismo não deve ter lugar nas igrejas cristãs, a fim de destacar um clero governante e os demais membros, com importância secundária.

⁶⁵ Outros nomes são sugeridos como os de apóstolos: Andrônico e Júnias (Rm 16:7); Tiago, irmão de Jesus (1 Co 15:7-9); Silas, ou Silvano (1 Ts 1:1). Ainda que outros nomes sejam incluídos, é claramente limitada a função apostólica, dado que o requisito de “testemunha ocular” de Cristo ressurreto se restringiu, evidentemente, aos tempos da igreja primitiva.

⁶⁶ O termo “pastor” (grego ποιμήν = *poimên*, protetor, guia de ovelhas), embora popular, ocorre somente uma única vez no Novo Testamento (Ef 4:11) e ainda associado à figura do ensino (daí o termo “ministro”). “Reverendo” é uma forma de tratamento.

⁶⁷ A função do presbitério era ocupada, desde o princípio, por homens. Numerosas passagens tratam da função como sendo ocupada exclusivamente por homens (1 C 14:33-36; 1 Tm 2:11-14; 2 Tm 3:1-7; Tt 1:5-9). Longe de ser um aspecto cultural restrito aos tempos da igreja primitiva, o modelo de liderança tem, desde Adão, o homem como cabeça, e não a mulher. Isso, no entanto, não quer dizer que as mulheres devam se abster de ajudar na compreensão das Escrituras a quem precise disso, ou de participarem da vida da igreja como diaconisas ou nas assembleias decisórias.

⁶⁸ Há, ainda, as igrejas comandadas por: uma junta governativa (junta + pastor + igreja); um sistema de democracia absoluta, em que tudo passa por discussão em assembleia, sem liderança destacada; e as sem governo, “dirigidas pelo Espírito Santo”, que negam a liderança neotestamentária.

ARTIGO II

MEIOS DE GRAÇA

8-4. INTRODUÇÃO

Tudo na vida vem pela graça de Deus, conforme já mencionado reiteradas vezes. Ocorre que “mais graça” é ministrada aos cristãos ao se congregarem na igreja. Essencialmente, três são os meios de graça ministrados ao crente e *por todo crente, mesmo sem ser ele ministro do Evangelho*: a Palavra de Deus, os sacramentos⁶⁹ – batismo e Ceia – e a oração intercessória. Diversos outros, ainda, podem ser apontados: a adoração, a comunhão, a evangelização, o ministério individual, os dons espirituais, a oferta e a disciplina. Já foram abordadas a disciplina e a Palavra; ainda serão objeto de estudo os demais; cabe uma palavra específica sobre ofertas.

8-5. OFERTAS E DÍZIMOS

As **ofertas**, em rápidas considerações, constituem em meio de provisão às necessidades dos diversos setores e trabalhos da igreja, dadas ou não de forma periódica, como fruto da generosidade e compromisso de quem doa. A oferta semeada colherá em benefícios em especial para a igreja, não exclusivamente para o indivíduo, embora ele também seja, por graça, abençoado.

Em tempos como os atuais, no entanto, marcados pelo materialismo, o sentido original da oferta foi completamente deturpado: denominado **dízimo**, ela foi convertida em virtual *obrigação tributária*, que mais lembra um “imposto sobre membresia eclesiástica”, com alíquota (taxa) de 10% sobre a renda bruta do membro⁷⁰. Alguns fatos bíblicos, no entanto, questionam a validade do dízimo tal como ele é apreendido hoje em dia:

(a) Dentro da lei mosaica, *somente os sacerdotes, descendentes de Arão, dentre os da tribo de Levi é quem deveriam receber o dízimo* (Nm

⁶⁹ Para os **papistas**, os sacramentos são *meios de salvação*, e não apenas de graça, visto que eles creem que não há salvação fora da religião deles. Acreditam, assim, que os sacramentos tornam os fiéis mais aptos à justificação divina. São sete os sacramentos papistas: batismo, crisma (confirmação do batismo), eucaristia, confissão, matrimônio, ordenação e unção dos enfermos. Para os **remonstrantes**, os sacramentos não são meios de graça, e sim somente ritos (ordenanças) que influenciam moralmente o indivíduo.

⁷⁰ A base de cálculo do dízimo é motivo de muita controvérsia – e discórdia – entre os dizimistas. Uns afirmam que a renda a passar pelo dízimo é a bruta, outros a líquida; uns dizem que só o salário deve ser dizimado, outros que qualquer tipo de rendimento, mais o salário, deve passar por essa contribuição (tributação). Assim, o sentido original de sustento da igreja perde espaço para um materialismo fruto de ganância e de falta de fé, diante do Deus que tudo provê ao seu povo. Aliás, substituiu-se a fé por uma necessidade de criação de normas além das Escrituras, o que tem raiz legalista e farisaica.

18:21), e ainda assim em *espécie* – cereais, frutos e animais – produzidas em Israel. A justificativa para essa provisão especial à tribo de Levi é a de eles não possuírem nenhuma herança na terra, nem meios de sustento próprio além do sacerdócio. Sem levirato atual, portanto, *não existe mais o dízimo*.

(b) Essa regra foi tão rígida que nem mesmo os judeus Pedro, da tribo de Naftali, e Paulo, da tribo de Benjamim, recebiam sustento para os respectivos ministérios através do dízimo, a que supostamente teriam direito pelo simples fato de serem mestres dentre os judeus – ainda mais Paulo (At 23:6). Assim, não há que se aceitem analogias no meio cristão, dizendo que os sacerdotes atuais, chamados “pastores”, deveriam receber o dízimo.

(c) Havia isenções a essa lei do dízimo, pois todos os que não viviam da agricultura, ou que não vivessem em terras israelitas, não tinham a obrigação de dizimar. Perante as regras atuais, no entanto, *ninguém escapa dessa obrigação tributária*, tenha a renda ou a condição socioeconômica que for.

(d) A “casa do tesouro” a que se refere Mt 3:10 possui a natureza de um armazém-geral, não de um cofre ou coletoria de impostos. Tanto é real essa afirmação que o “devorador”, no versículo seguinte, é *praga de gafanhotos*, não o diabo, pois atinge diretamente as colheitas, não o dinheiro.

(e) A “teoria da devolução”, isto é, de que o crente precisa devolver a Deus os 10% que lhe pertencem, é antibíblica, pois “do Senhor é a terra e a sua plenitude”. Deus não precisa do homem, nem de nada que venha dele: sendo ele o dono do ouro e da prata (Ag 2:8); quem precisa de ofertas é a igreja. Deus quer fidelidade no uso dos 100%, não na devolução de 10%.

(f) A natureza do “dízimo de Abraão” em Gn 14:17-20, e a do “dízimo de Jacó” em Gn 28:18-22 é a de *oferta*, pois não havia, ainda, a instituição do dízimo como lei, e por ter sido dada de maneira rigorosamente voluntária. Sem lei, não há dízimo.

(g) A invalidade de leis sociais e cerimoniais de Israel nos tempos de hoje conduz, portanto, a **não obrigatoriedade do dízimo aos cristãos**, debaixo do pacto da graça. Dessa forma, *quem dizima tendo por base lei, ou mediante norma imposta pela vontade dos homens, coloca-se debaixo da maldição da lei* (Gl 3:10), negando a graça e o sacrifício vicário de Cristo. Por consequência, *quem impõe a obrigação de dizimar também atrai maldição sobre si*, pois age exatamente como os fariseus, que desprezam “o mais importante da lei, o juízo, a misericórdia e a fé” por darem mais importância ao “dizimar a hortelã, o endro e o cominho” (Mt 23:23).

Dessa forma, demonstra-se que **o sustento da igreja se dá mediante ofertas voluntárias e não dízimos**; sem periodicidade ou porcentagem fixas, mas conforme cada um propuser em seu coração. **A assistência do cristão à comunidade na qual ele congrega é obrigatória**, embora realizada com liberalidade; **não com força de lei**, mas por compromisso com Deus. **Ofertar, assim, é um exercício de amor**, em nada originário de um dever legal com base num dízimo inventado por fábulas e tradições humanas.

8-6. BATISMO CRISTÃO

8-6-1. GENERALIDADES

Ao lado da ceia, o batismo é ordenado pelo Senhor Jesus à sua igreja. Ambos são ordenanças, embora sejam também considerados “sacramentos” por serem meios de graça, distintos, essencialmente, dos sacramentos papistas, considerados como “meios de salvação”, conforme já dito.

Batismo é o meio de graça no qual o crente cumpre como uma ordenança de Cristo e confirma, exteriormente, mediante forma apropriada, uma fé interior e pessoal em Cristo, digna de aceitação perante a igreja. Por definição, a posição aqui defendida é a *credobatista imersionista*.

A posição **credobatista**, ou batista, é aquela defensora do batismo de crentes. O fundamento neotestamentário a esse respeito é claro: somente eram batizados crentes – até mesmo pelo já presente batismo com o Espírito Santo – cujo ato marcava, externamente, o início da vida cristã interior. A posição **imersionista**, que defende a ministração do batismo nas águas através da imersão completa do crente, é quem melhor representa essa nova vida: ao descer completamente às águas, o crente é sepultado em sua vida sem Cristo; ao subir das águas, ele demonstra a fé que o ressuscitará dos mortos, assim como ocorreu com Cristo.

8-6-2. OBJEÇÕES

As principais objeções vêm do **papismo** e do **pedobatismo**, praticado por algumas denominações históricas protestantes. Quanto ao primeiro, já discutido, os papistas creem na salvação ministrada pelo batismo, de modo que confundem a admissão à igreja romana com a salvação, o que nega a necessidade de crer em Cristo como Senhor e Salvador.

Quanto ao pedobatismo, os argumentos favoráveis são os seguintes:

(a) Toda criança, filha de pais cristãos, deveria ser batizada. O fundamento está no antigo pacto das obras, pois a circuncisão era ministrada a todas as crianças israelitas após oito dias de vida.

(b) O batismo seria estendido às crianças com fundamento na chamada “teologia do pacto”, em que há uma comunidade da aliança, da qual fazem parte as famílias dos crentes – incluindo-se, naturalmente, as crianças, como herdeiras da promessa dada a Abraão, assim como era com as crianças de Israel.

(c) O batismo ainda seria estendido às crianças por ser uma figura paralela à circuncisão, sinal de pertença à dita comunidade da aliança.

(d) O batismo infantil enfatizaria a soberania de Deus, visto que, se houvesse voluntariedade, Deus atrelaria a pertença de alguém à comunidade da aliança a uma atitude desse alguém, o que retiraria o caráter monergista da obra divina.

Em resposta a esses argumentos de objeção, declara-se:

(a) Não está em vigor a antiga aliança, ou o pacto das obras, ainda que dela haja reflexos. A igreja está sob o pacto da graça, que é incomparavelmente melhor e mais eficaz. Não há justificativa para se batizar alguém com base no pacto anterior: seria como doar uma casa com base em testamento revogado.

(b) A Bíblia não defende a “teologia do pacto”: não existe “fé presumida”, “fé por procuração” ou “fé geneticamente herdada”. Fé é um distintivo pessoal, dado por Deus individualmente a pessoas. Ainda que haja a narração de batismo de famílias, a salvação é individual – batizam-se famílias, desde que cada um tenha sua própria fé. Caso contrário, ficaria apoiado o ensino arminiano da “barca da salvação”, ou o papista de que “só é salvo quem for membro da igreja”.

(c) A comunidade da aliança é a igreja, não a família ou o conjunto de famílias crentes. Ainda que haja prefiguração do batismo na circuncisão, cabe lembrar que Abraão circuncidou todo “macho” de sua casa, incluindo-se escravos, como sinal de propriedade perante Deus, não como admissão à comunidade dos salvos.

(d) O batismo infantil, ao contrário, afronta a soberania de Deus, pois declara que alguém pode – supostamente – ser salvo sem o ser, e admite alguém na comunidade dos salvos, isto é, a igreja, sem profissão de fé ou prévia regeneração. Seria como admitir alguém numa função especializada sem qualquer prova de qualificação.

Diz-se, ainda:

(a) Nem todos de Israel são israelitas, como disse Paulo. Assim, nem todos de uma mesma família são crentes. O pai pode ser crente, mas não o filho, e vice-versa. A bênção que recai sobre a descendência não necessariamente é a salvífica: alguém pode ser próspero como fruto da graça comum de Deus, não da promessa de salvação.

(b) Não se batiza com base na fé de terceiro. Ao batizar alguém por presunção de fé futura, obriga-se esse alguém a abraçar uma fé para a qual ele pode não abraçar; e não por vontade própria, *mas porque Deus mesmo não quis assim* – afinal, Deus não “tem” que dar a fé salvífica a alguém, mesmo sendo este um filho de crente. O ingresso na igreja é voluntário, sem que haja qualquer defesa de “livre-arbítrio” nesse contexto.

(c) Semelhança não significa identidade: por conta desse erro doutrinário é que há igrejas “judaizantes” hoje em dia, adotando práticas verificadas apenas no pacto das obras, debaixo ou não da lei de Moisés. Assim é com o pedobatismo, e ainda feito de modo errôneo, ao abranger também meninas.

(d) Prejudica-se, assim, o entendimento sobre o tempo em que há o batismo no Espírito Santo, já que a criança batizada não o detém sem regeneração e fé. Batismo nas águas não pode anteceder o do Espírito.

(e) Ao relativizar a fé como requisito essencial de ingresso na comunidade dos salvos – a igreja –, a posição pedobatista abre margem à *passividade do exercício da vida cristã*, com uma conseqüente e indesejável licenciosidade comportamental – afinal, se a fé não é requisito para o batismo, por que o seria para a salvação? Justamente o meio que deveria valorizar a perseverança dos santos acaba por prejudicá-la, pois forma pessoas “salvas por presunção”, ou mesmo “regeneradas por presunção”, que podem se acreditar *culturalmente salvas*, porém estar completa e eternamente perdidas.

(f) Concluindo, o pedobatista não tem condição de responder ao questionamento: “que faz o batismo”? O papista diz claramente: “produz salvação”; o batista diz: “não produz nada, pois é resultado e não causa de alguma coisa”. O pedobatista, entretanto, não tem o que responder de modo claro, pois o batismo nem produz salvação, nem simboliza regeneração pregressa, baseando-se numa “provável regeneração a supostamente acontecer”.

Tal qual a obrigatoriedade do dízimo, o pedobatismo é uma prática extrabíblica, de raízes culturais, além de baseada em estrita vontade e conjecturas humanas, que deturpam o sentido original do batismo neotestamentário da graça. A dedicação, ou a *apresentação de uma criança*, acompanhada de uma educação constante e testemunho dos membros, é a suficiente e melhor forma de integrá-la para que, no futuro, podendo dar firme razão da sua fé como eleita no Senhor – sem idade previamente estabelecida –, ela possa ser admitida na comunidade.

Quanto ao modo do batismo, as objeções são dadas pelos **aspersionistas** e pelos **efusivistas**. Os primeiros borrifam ou respingam água sobre a cabeça do batizando; os segundos apenas a derramam. Na prática ambos são semelhantes.

Os aspersionistas defendem que o batismo significa um “derramar”, assim como houve a promessa do derramamento do Espírito, e que o termo βαπτίζω (*baptizo*), ainda que signifique “imersão, mergulhar”, é usado também para molhar em Dn 4:33, e não necessariamente mergulhar. Ocorre que a posição aspersionista, além de contrariar o sentido claro do termo grego, confunde batismo com unção e ignora o significado de “sepultar e ressurgir para uma nova vida”, trazido plenamente pela imersão nas águas; além disso, o orvalho de Dn 4:33, a nuvem de 1 Co 10:12 indica “envolvimento completo com as águas”, não apenas a aspersão de um pouco d’água sobre a cabeça. Logo, a imersão é a melhor forma de batismo.

Por fim, cumpre ressaltar que, mediante pública profissão de fé pessoal, mesmo os batizados na infância e os que o foram por aspersão ou efusão devem ser integrados à comunidade dos credobatistas e imersionistas, sem necessidade de “rebatismo”. Afinal, o requisito essencial à integração na igreja é a fé interna, não a submissão a uma forma de demonstração exterior de fé: esta é feita pela prática das boas obras, como fruto de genuíno arrependimento. E mais: nem todo o batizado foi de fato convertido ao Evangelho, tratando-se apenas de um “convencido ímpio molhado”.

8-7. CEIA DO SENHOR

8-7-1. GENERALIDADES

Cear significa compartilhar e também se regozijar por causa de algo ou alguém, ou mesmo na presença de alguém. O pecado constituiu barreira a essa *companhia* (termo latino que, literalmente, significa “compartilhar do mesmo pão”); rompida em Cristo, essa barreira deve ser lembrada e vivida entre os crentes. Dessa forma, a igreja realiza a ceia do Senhor.

A função prática da ceia é múltipla: ela faz lembrar o crente da morte de Cristo em seu favor; de que ele é coparticipante dos benefícios de Cristo em sua morte – isto é, da ressurreição, da vida eterna e das demais bênçãos da salvação –; de que é necessária a unidade do corpo de Cristo (igreja); de reafirmação do amor de Cristo pela pessoa e da fé dessa pessoa em Cristo; e como alimento espiritual, pois o crente, embora não o faça literalmente até por um natural bom-senso, “come da carne” e “bebe do sangue” de Cristo, ou seja, se alimenta da fonte da vida.

A presença de Cristo no memorial da ceia é simbólica e espiritual: afinal, os elementos que simbolizam o corpo e o sangue de Cristo – respectivamente, o pão e o vinho – não se convertem, nem contêm, o corpo e o sangue de Cristo. Eles são sinal visível da presença invisível de Cristo.

Somente *crentes em Cristo, batizados nas águas* e que *tenham passado por autoexame antes de tomar os elementos*, é que devem participar da ceia. Como sinal de comunhão com Cristo, quem não compreende e não vive a unidade e a dependência mútua dos integrantes do corpo de Cristo, isto é, a igreja, não possui qualificação moral nem espiritual para tomar da ceia; se o faz, comete pecado, manifestando uma conduta egoísta e desonrosa ao sacrifício de Jesus.

8-7-2. OBJEÇÕES

As objeções mais evidentes a esse ensino são trazidas pelo dogma papista da **transsubstanciação** e pelo ensino da **consustanciação**, presente, ainda, no meio luterano. O primeiro crê na literalidade da declaração de Cristo, alegando que o corpo de Cristo se materializa na eucaristia; o segundo crê que o corpo de Cristo está presente “em, com e sob” os elementos da ceia, assim como a água para com a esponja que a absorve.

A primeira posição se combate até mesmo pela lógica e pelo bom-senso: Jesus não é uma porta, nem de madeira, por ter dito que é “a porta”, ou uma videira, nem dele pendem cachos, por ter dito que é “uma videira”. Sequer em língua portuguesa a metáfora é para ser vista como uma incontestável realidade, que tornaria, no caso da ceia, seus participantes como “canibais” pela carne ou “vampiros” pelo sangue. A literalidade da transsubstanciação é, além de tudo, *perigosa*, pois dizer que Cristo está literalmente no corpo e no sangue da eucaristia significa *declarar que ele é oferecido, a cada missa, como um*

*novo sacrifício*⁷¹, um novo martírio e vitupério, uma nova ira divina. Isso, além de desonroso ao sacrifício vicário de Jesus, é *blasfêmia*. A segunda posição, embora oposta à transubstanciação papista, carrega ainda consigo um elemento literal da declaração de Cristo e, portanto, deve ser rejeitada.

ARTIGO III

LOUVOR, ADORAÇÃO E ENSINO DA PALAVRA

8-8. LOUVOR E ADORAÇÃO

Louvor e adoração fazem parte do relacionamento do cristão com Deus. A adoração é mais abrangente do que o louvor, este de base congregacional com palavras e cânticos, e envolve toda a vida do crente, expressando diretamente seu propósito de glorificar a Deus e de viver prazerosamente com ele por toda a eternidade.

Nesse relacionamento permeado pela adoração, o crente se alegra em Deus e Ele se alegra no crente. O louvor sincero aproxima o crente de Deus; o que antes não era permitido a ninguém senão ao sumo sacerdote. A adoração, então, deve ser feita em reverência e temor a Deus, *de modo a Ele aceitável*⁷². Quando ocorre o louvor e a adoração, Deus revela mais de si ao crente, afastando os inimigos do seu povo e fazendo o seu nome testemunhado mesmo entre os ímpios. Adorar vem da vontade de Deus: não de alguém que deseja ser adulado, mas de alguém que se relaciona com sua criatura e dela obterá a contrapartida.

A adoração do crente deve ser feita “em espírito e em verdade”, isto é, com o entendimento espiritual e de todo o ser, compreendendo razão e emoção. *Ela não é desenvolvida, no entanto, por parte do ser humano, e sim advém da comunhão genuína com Deus*, cuja resposta virá na forma de um louvor autêntico. O louvor e a adoração agradáveis a Deus, portanto, têm origem interior, que se manifesta exteriormente. A ordem, a decência e a forma litúrgica, por essa razão, são consequências de atitudes internas de comunhão com Deus e com os irmãos. Caso contrário, ocorrem dois extremos: zelo e forma vazios de significado, próximas do legalismo; ou a falta de discernimento entre o que seja culto público e o privado, realizando-se uma “adoração extravagante” que ignora a coesão da comunidade e adota práticas subjetivas estranhas ao ajuntamento, como danças e coreografias, que, além de não edificarem o próximo, *não glorificam a Deus no culto*.

Por fim, o louvor e a adoração, sendo legítimas expressões de relacionamento, requerem criatividade e excelência de preparo e execução. É desejável que haja salmos, hinos e cânticos espirituais no momento apropriado, desde que relevem a Deus e sejam para o prazer de Deus; que se

⁷¹ O pão da missa chama-se hóstia, que vem do latim *hostiam*, ou vítima (do sacrifício).

⁷² Este é o denominado *princípio regulador do culto*.

louve também com variedade de instrumentos e de melodias – conquanto haja coerência, discernimento e ética de quem ministra – bem como sejam apresentadas letras com conteúdo bíblico apropriado, que fuja ao lugar comum de expressões como “te louvamos”, “te adoramos”, “tua presença” e “neste lugar”. E que a igreja local se sinta estimulada a elaborar hinos e cânticos espirituais, como legítima expressão de comunidades que se importam em melhor servir ao Senhor nesses atos de culto, sem se preocuparem com “melodias mais agradáveis” ou “cânticos da moda”.

8-9. ENSINO DA PALAVRA DE DEUS

Na comunidade cristã, o ensino da Palavra não é opcional, e sim vital. O povo de Deus tem sido destruído por causa da falta de conhecimento, que poderia ser suprido com o correto ensino das Escrituras. Isso pode ser feito através de diversos recursos, como a Escola Bíblica Dominical, estudos bíblicos em grupos pequenos, exame de Catecismos da Fé Cristã e através da pregação expositiva das Escrituras nos cultos.

O investimento no ensino da Palavra de Deus deve priorizar o aspecto prático – afinal, a Bíblia não é um livro de curiosidades – e estimular a leitura e o exame contínuos das Escrituras, além de contar com didática apropriada, de conteúdo coerente e com material o mais próximo possível da sã doutrina. Há passagens difíceis, porém elas podem ser analisadas em conjunto, promovendo edificação de todos que as discutem. Recomenda-se, ainda, o preparo para o discipulado, através de instrução básica e avançada da fé cristã, no ambiente de igreja e grupos evangélicos nas comunidades.

Por fim, o ensino das Escrituras deve ser contextualizado, sem que haja concessão a meias-verdades ou mentiras. Isso decorre da postura de quem ministra a Palavra, ao se tornar servo de todos – crentes e não crentes –, promovendo adaptabilidade à cultura dos destinatários da mensagem – sem ferir as verdades bíblicas, indo até onde a Escritura permite – e abrir mão de quaisquer prerrogativas que constituam obstáculo ao ensino. **A pregação do Evangelho nunca deve ser suavizada para agradar ao ouvinte.**

ARTIGO IV

DONS ESPIRITUAIS

8-10. GENERALIDADES

Dom espiritual é qualquer atributo natural ou sobrenatural conferido ao homem que receba poder do Espírito Santo para ser utilizado em favor da igreja. É como a cautela de equipamento a alguém para o cumprimento de determinada missão em favor do corpo. O poder do Espírito sempre se manifestou entre as alianças: na Nova, o derramamento do Espírito profetizado em Joel foi cumprido, demonstrando, assim, que era chegado o momento da manifestação da graça, em que todos receberiam dons espirituais.

A Bíblia demonstra variedade de dons, dentro da multiforme graça divina, tanto é que as listas presentes nas cartas de Paulo não são coincidentes. A diferença básica entre dom e talento é a proporção de poder, em que o dom possui intensidade forte o bastante para edificar a igreja. O dom espiritual, por fim, é ministrado por ato soberano divino – e podem ser pedidos a Deus –, em geral de forma contínua ao cristão, pois é originado da graça; em alguns casos, no entanto, o dom pode ser diminuído e até retirado do crente, por negligência ou por provocação de tristeza no Espírito Santo.

Por fim, cabe ressaltar questão polêmica levantada pelo **cessacionismo**, corrente teológica que afirma que todos os dons sobrenaturais, como profecia, cura, expulsão de demônios e falar em línguas, não mais ocorrem, sobretudo por desnecessidade, diante da revelação da Palavra. Usando como fundamento 1 Co 13:8-13, declaram a imperfeição desses dons miraculosos, diante da vinda de algo perfeito, que seria o encerramento do cânon das Escrituras. Ocorre que não há indícios exegeticamente seguros de que esse “algo perfeito” seja o fechamento do cânon, embora as Escrituras sejam meios confiáveis de discernimento quanto aos dons e operação do Espírito. É precipitado, então, dizer que esse ou aquele dom simplesmente cessou com base num suposto “desafio à inerrância bíblica”: ainda que se confirme a suficiência das Escrituras, o Espírito age soberanamente como quiser, operando dons na intensidade e propósitos que determinar. Assim, diante da atualidade dos dons, a corrente de nome **contemporanista** é mais adequada.

8-11. ESPECIFICAÇÃO DOS DONS

Traçando um paralelo com os ofícios de Cristo (Artigo III, Capítulo 2), boa parte dos dons espirituais pode ser agrupada em três categorias:

- (a) **Dons reais:** ligados ao governo da igreja, como pastor/presbítero, serviço, evangelista, liderança, contribuição e administração.
- (b) **Dons proféticos:** ligados à ministração da palavra divina, como ensino, exortação, profecia, encorajamento e discernimento de espíritos.
- (c) **Dons sacerdotais:** ligados à ação divina no meio do seu povo, como misericórdia, intercessão, fé, cura, socorro, línguas e sua interpretação.

ARTIGO V

ATIVIDADES COMPLEMENTARES

8-12. PASSAGENS BÍBLICAS PARA ESTUDO DESTE CAPÍTULO

Selecionamos, a seguir, as passagens mais relevantes para a compreensão dos assuntos tratados por este capítulo. Há diversas outras, mas não pretendemos ser exaustivos nessa relação. Localize-as na sua Bíblia.

ARTIGO	PASSAGENS
I	Dt 4:10; Sl 22:22; Mt 10:1-7; 18:15-20; 24:4, 5; 25:34; 28:18-19; Lc 6:35-36; Jo 15:20; At 8:1; 20:17, 28-30; 26:16-17; Rm 4:11-12; 8:4-17; 9:6-8; 14:17; 1 Co 5:11; 6:9-10; 15:7-9; 2 Co 2:7, 8; Ef 5:16-19; Cl 1:28; 2 Ts 3:6, 14-15; 1 Tm 3:1-7, 8-13; 5:19-21; 2 Tm 2:19; 4:2-4, Tt 1:5, 7; Hb 12:6, 15; 1 Jo 2:9; 3 Jo 9, 10
II	Gn 28:22; Êx 24:9-11; Is 55:10, 11; Mt 26:26-29; Jo 6:53-57; At 2:41; 8:12; Rm 1:16; 6:3-4; 1 Co 11:23-25; 2 Co 9:6, 7; Gl 3:27; Cl 2:12
III	Sl 16:11; 73:25; Os 6:4-6; Sf 3:17; Jo 4:23, 24; 1 Co 9:22; 14:33; Cl 3:16; Hb 12:28, 29
IV	Jl 2:28-29; Mt 3:11; 25:29; Lc 3:16; Jo 1:33; At 1:4-6; Rm 12:6-8; 1 Co 12:8-10, 28; 14:5, 26; Ef 4:11; 1 Tm 4:14; 1 Pe 4:10

8-13. QUESTÕES PARA DEBATE OU REFLEXÃO PESSOAL

- (a) Como reconhecer uma falsa igreja, sem fazer julgamentos precipitados com fundamento na cultura e em gostos pessoais?
- (b) Por que batismo e ceia são meios de graça, não só ordenanças?
- (c) Por que tanto conflito com as bases e execução do louvor na igreja?
- (d) Por que Paulo não trouxe uma única lista de dons espirituais?

8-14. ESTUDO INDUTIVO

1. Leia o capítulo 12 de 1ª Coríntios. Agora responda:

- (a) Qual a importância que Paulo dá para que os coríntios saibam discernir quais dons vêm do Espírito e quais vêm do “tempo dos gentios”?
- (b) Identifique os dons espirituais presentes nesse capítulo. Há algum, entre eles, de maior relevância? Explique.
- (c) Por que Paulo fala na coesão da unidade da igreja (v. 12) logo após falar nos dons espirituais? Que relação têm ambos os assuntos?
- (d) Considerando a analogia corpo humano *versus* corpo de Cristo (igreja), e a passagem entre os vv. 27-31, há necessidade de ênfase em apenas um ou dois dons espirituais? Justifique, considerando as igrejas de hoje.
- (e) Analise o v. 7. Por que Paulo não dá ênfase ao dom exercido em particular pelo crente?
- (f) Considerando o capítulo todo, os dons nele descritos podem ser aplicados à igreja atual? Explique.

8-15. LEITURA BÍBLICA OBRIGATÓRIA

Trate a leitura bíblica como alimento diário, como necessidade básica, sem a qual a manutenção da vida fica muito prejudicada.

CAPÍTULO 9

O CONHECIMENTO DA VIDA CRISTÃ ALÉM DA COMUNIDADE

ASSUNTO	FINALIDADE
Examinar a posição cristã, única verdadeira, sobre a forma de se desenvolver compromissos sociais.	Conhecer como ocorrem esses relacionamentos, bem como o impacto da presença do crente no mundo em que vive.

ARTIGO I

MATRIMÔNIO, FAMÍLIA E RELACIONAMENTOS INTERPESSOAIS

9-1. GENERALIDADES

A vida do crente vai além da comunidade cristã em que ele se encontra: esta, por sinal, é reflexo direto – para o bem ou para o mal – de sua conduta em família e perante a sociedade. As esferas mais próximas do indivíduo são compostas pela família, o relacionamento conjugal e os interpessoais, estes incluindo as relações de amizade e o coleguismo.

Os três tipos de relacionamento são igualmente importantes, ainda que a intimidade entre eles varie. Não há que se desvalorizar um em prejuízo dos demais, ainda que, culturalmente, haja uma dimensão até um tanto exagerada da importância do familiar em relação aos interpessoais, por exemplo. O único tipo de relacionamento que o crente deve ter, acima dos demais, é aquele que mantém com Deus, por reflexo do mandamento de “amar a Deus sobre todas as coisas”.

9-2. ESPECIFICAÇÕES

9-2-1. MATRIMÔNIO

Criado por Deus, o matrimônio é a relação conjugal onde há a constituição de um laço permanente entre duas pessoas de gêneros diferentes, visando constituir família. Esse relacionamento tem natureza *necessariamente indissolúvel, monogâmica* (um só parceiro) e *heterossexual*, segundo os imutáveis padrões bíblicos.

Para o homem e a mulher, o matrimônio cria uma intimidade das mais fortes entre dois indivíduos, a ponto de eles serem um só, embora mantidas as respectivas individualidades. O “meu” passa a ser “nosso”. Prova disso é a vida sexual: a única forma de vivê-la em santidade é mediante o laço conjugal, visto que a formação de “uma só carne” ocorre de modo único dentro do matrimônio, jamais compartilhada com alguém de fora. Essa expressão não se refere apenas à união física, mas sim a união completa entre dois seres; fora do matrimônio, portanto, ela é inconcebível, sendo qualquer ato sexual alheio – *antes, durante ou após a constituição do matrimônio* – algo completamente carnal, traduzido pelo termo “fornicação”, refletindo o egoísmo latente da natureza pecaminosa humana. Diga-se, ainda, da condenação expressa do adultério e da prática homossexual, que, paralelos à fornicção, são transgressões contra o exercício natural da sexualidade. O divórcio não é propósito de Deus, autorizado bíblicamente apenas em caso de viuvez e de adultério provocado pelo outro cônjuge. É importante, por essas razões, a escolha adequada do cônjuge: visto que ambos sustentarão uma vida em comum, indissolúvel, ambos dividirão a mesma carga (jugo), sendo o consenso parte fundamental nesse relacionamento. Assim, o crente prudente deve evitar, *mesmo no processo de namoro*, a formação de laço com alguém que não seja igualmente crente, e mesmo sendo a pessoa crente, se esta não tiver nível de espiritualidade com ele compatível.

A dedicação matrimonial possui natureza de ministério, com propósito diferenciado em relação à vida de solteiro: agora, tanto homem quanto mulher, além de servirem ao Senhor, devem procurar em tudo agradar ao cônjuge e constituir família. O crente deve buscar o casamento, não sendo jamais coagido tanto a casar-se como a manter-se celibatário: a pressão social no primeiro caso leva frequentemente a escolhas erradas, à formação precipitada de lares infelizes e a casamentos defeituosos; a segunda reflete a sublimação de um dom espiritual que pode ser útil à igreja, praticado e recomendado por Paulo a quem deseja dedicar-se exclusivamente ao ministério que Deus lhe deu.

9-2-2. FAMÍLIA

Como base da sociedade, a família é outro projeto abençoador de Deus ao lado do matrimônio: este, por sinal, acarreta na união entre duas famílias,

oriundas de ambos os cônjuges. Na família o crente exercita outro ministério: além do testemunho diário e constante, ele buscará capacitar, sobretudo a prole, para uma vida cristã prática, ensinando os filhos e filhas no caminho em que devam andar, logo cedo, mediante ministração de exemplo e aplicação ocasional de repreensão, de forma justa e moderada. Esse é o início da construção do caráter de pessoas que, no futuro, haverão de passar esse exemplo a outros, a novas famílias, e assim sucessivamente.

Ainda que haja eventuais diferenças de pensamento e, sobretudo, entre gerações, a união familiar deve prevalecer e ser estimulada através do contato mútuo e da valorização da Palavra de Deus, mesmo que alguns de seus membros não sejam crentes. Destes, inclusive, não se pode esperar amor, visto que Deus é a origem do amor, não as ditas “afeições naturais”, as quais, ao menor sinal de crise, podem sucumbir e se transformarem em rancor, amargura, chantagem e dissolução. A essência deve ser mantida, relegando-se aspectos secundários à tolerância. A família deve ser o lugar em que haja prazer na companhia mútua, ao lado do respeito à individualidade e, em especial, ao desenvolvimento do caráter de serviço a Deus.

9-2-3. RELACIONAMENTOS INTERPESSOAIS

Assim como na família há o início a um desenvolvimento social saudável, o mesmo deve ocorrer em relacionamentos interpessoais que, em essência, são as amizades, o coleguismo e o namoro.

A **amizade** é o vínculo existente entre pessoas, preferencialmente (nesse caso) do mesmo gênero, que possuem afinidades e desejo de caminharem juntas. O companheirismo desenvolvido, nesse caso, é também importante para a construção do caráter e, assim como no matrimônio, é importante a escolha prudente e sábia dos que podem ser amigos. A amizade de um crente com não crente é possível, porém não obterá a mesma profundidade, nível e valores que aquela desenvolvida com um crente, e dela o amor existente partirá de apenas um dos amigos, conforme já explicado (subitem 9-2-1). Marcado pela confiança mútua, esse nível relacional é importante como fator de boa influência nos demais, inclusive no casamento.

O **coleguismo** é aquele existente entre pessoas que não desfrutam de uma grande intimidade entre si, porém cuja troca de experiências e mutualidade é de grande valor para o desenvolvimento social saudável. Nesse sentido, torna-se importante a cordialidade, a camaradagem, a cooperação e o sentimento de estar a serviço dos outros. Por fim, o **namoro** deve ser marcado pelo conhecimento mútuo, descoberta de afinidades, o cuidado e o respeito entre ambos – e suas respectivas famílias – como algo tendente ao noivado e ao matrimônio. É necessário, ainda, que se mantenha a pureza sentimental e sexual, evitando-se que a atração seja consumada expressamente do ponto de vista carnal, gerando consequências desastrosas ao

matrimônio, se consumado. Nesse contexto, ainda, entende-se *desnecesária a corte*, visto que o compromisso entre ambos pode ser marcado pela vigilância mútua e observância constante da Palavra de Deus, sem regras sociais inúteis, de base costumeira e de cunho legalista.

ARTIGO II

COMPROMISSOS PERANTE A NAÇÃO E O MUNDO, MISSÕES E EVANGELISMO

9-3. IGREJA E ESTADO

Frequentemente o cristão se vê em conflito com os interesses e estruturas deste mundo, o que lhe pode ser prejudicial em se tratando de alguns assuntos e posturas com os quais ele lida diariamente. Conforme já debatido ao se falar de leis (subitem 7-5-2, Capítulo 7), qualquer crente vive em liberdade, porém esta é limitada por leis divinas; nesse contexto também atuam leis humanas, dentro da figura de organização estatal determinada pelo poder civil.

A regra para o crente, no contexto de poder civil, é a de obediência e demonstração de respeito. Embora o poder da igreja local e o do Estado jamais devam se misturar – o que já provocou consequências desastrosas no passado, mesmo em casos de domínio protestante no governo civil –, a atuação do crente deve ser de submissão, ainda que a autoridade seja corrupta e insensível às necessidades do povo. O modo de o crente mudar esses e outros quadros é ser “sal da terra” e “luz do mundo”: ele é chamado a atuar na sociedade, não a sair dela, participando ativamente em assuntos sociopolíticos, debatendo e se mobilizando, conquanto haja edificação para a sociedade e proveito para a glória de Deus.

Da mesma forma é o serviço militar, em que é desejável a presença cristã, sem quaisquer preconceitos no que diz respeito à atividade, que melhor aconteceria se houvesse mais povo de Deus nas fileiras.

O problema em todo esse contexto está no conflito provocado entre as determinações da autoridade humana e as divinas. A autoridade humana pode exigir o cumprimento de suas regras *até o limite em que esteja em conflito com a soberania divina*. Por isso Jesus ensina que “a César o que é de César, e a Deus o que é de Deus”. Qualquer norma que tenha por objetivo suspender, proibir ou diminuir a atitude de o cristão render a Deus o que é de Deus – culto, obediência, serviço, reunião em comunidade – deve ser combatida. O antagonismo, porém, deve ser revestido de maturidade e coragem, pois a mera desobediência civil ou a qualquer ordem emanada de autoridade constitui transgressão ao próprio Deus, que delega autoridade a quem ele quiser, seja justo ou ímpio.

9-4. COMPARTILHANDO O EVANGELHO ENTRE AS NAÇÕES

Ir e fazer discípulos de todas as nações é tarefa de todo crente. A grande comissão de Cristo ordena que o crente faça discípulos de todas as nações: afinal, Deus tem povo a ser alcançado pela pregação do Evangelho em todas as nações da terra: a promessa de bênção a Abraão, ao dar seu filho Isaque ao sacrifício, demonstra que Deus sempre desejou ajuntar seu povo dentre os eleitos, espiritualmente “filhos de Abraão”, espalhados por todos os lugares.

Assim se justifica o esforço evangelístico e missionário da igreja. Muito mais interessada em almas do que em números, a comunidade deve se empenhar para espalhar o autêntico Evangelho de Cristo, usando-se do amor atrelado à verdade. O Evangelho, no entanto, não deve ser nem suavizado pelo amor, nem oprimido pelas exigências da verdade. Pelo amor, o crente demonstra misericórdia e compaixão, suprimindo as necessidades do destinatário da mensagem do Evangelho segundo o poder de Deus; pela verdade, ele demonstra a necessidade de arrependimento e conversão desse destinatário, conduzindo-o a uma nova vida. Tarefa simples, porém que exige grande empenho, compromisso e constante dependência do Senhor.

ARTIGO III

ATIVIDADES COMPLEMENTARES

9-5. PASSAGENS BÍBLICAS PARA ESTUDO DESTE CAPÍTULO

Selecionamos, a seguir, as passagens mais relevantes para a compreensão dos assuntos tratados por este capítulo. Há diversas outras, mas não pretendemos ser exaustivos nessa relação. Localize-as na sua Bíblia.

ARTIGO	PASSAGENS
I	Gn 2:21-25; 18:19; Dt 4:9; 22:13-30; Pv 22:6; 31:10-31; Mt 5:32; 19:4-6; Mc 10:4-9; 1 Co 6:9-11, 18-20; 7:2-5, 8-9, 29-34, 39; 2 Co 6:14-18; Hb 13:4
II	Gn 22:18; 26:4; Sl 2:8; 67:2; 72:17; Pv 21:1; 22:11; Dn 3:16-17, 28; Is 52:10; Ez 31:12; 36:24; Jl 3:2; Sf 2:11; Ml 3:12; Mt 28:18-20; Rm 13; Tt 3:1; 1 Pe 2

9-6. QUESTÕES PARA DEBATE OU REFLEXÃO PESSOAL

- (a) Por que o matrimônio deve ser indissolúvel, monogâmico e heterossexual? Esse princípio divino é adaptável aos “novos tempos”?
- (b) Divergências ministeriais entre ambos os cônjuges justificam eventual divórcio?
- (c) Haveria justificativa cristã válida no caso de o militar se recusar a prestar continência ao Círio de Nazaré, imagem da religião católica?
- (d) A grande comissão foi dada apenas aos apóstolos na época de Jesus, ou é atributo de todo crente, hoje? Explique.

9-7. ESTUDO INDUTIVO

1. De acordo com a exposição, assinale com “V” ou “F”, conforme as sentenças sejam, respectivamente, verdadeiras ou falsas.
- (a) () Amizades, em geral, devem ser suprimidas quando ocorre o contexto de namoro.
- (b) () Divórcio, perante a Bíblia, é permitido apenas em caso de adultério do outro cônjuge.
- (c) () A autoridade humana, para ter poder delegado por Deus, não pode conflitar suas determinações com a lei divina.
- (d) () Igreja e Estado devem ser instituições separadas, o que não impede de o crente influenciar na política com participação e testemunho.
- (e) () Na propagação do Evangelho, amor e verdade devem andar lado a lado.
2. Leia Jo 4:21, 26, 29, 32-39. Agora responda:
- (a) Que Jesus quis dizer com os “campos brancos” para a ceifa?
- (b) Por que Jesus cita o ditado “um é o que semeia, outro o que ceifa” para se referir ao trabalho de evangelização e de missões?
- (c) Considerando a questão anterior, evangelizar e “colher as almas” são, necessariamente, dois trabalhos que acontecem ao mesmo tempo?
- (d) Por que Jesus compara fazer a vontade do Pai como sua comida?
- (e) Qual foi o resultado de Jesus ter falado com uma única samaritana, quebrando, inclusive, paradigmas sociais (v. 9)?

9-8. LEITURA BÍBLICA OBRIGATÓRIA

Mesmo que tenha havido alguns tropeços em se guardar a sequência de capítulos e passagens recomendadas, mantenha o compromisso. Bons hábitos levam tempo e dedicação para serem cultivados: diz-se que são necessários no mínimo trinta dias para isso. Encare essa tarefa como prioridade.

CAPÍTULO 10

O CONHECIMENTO DOS ÚLTIMOS DIAS E DE UMA NOVA CRIAÇÃO

ASSUNTO	FINALIDADE
Examinar a posição cristã, única verdadeira, sobre o fim dos tempos e a nova criação.	Conhecer como se darão os eventos que culminarão com o retorno de Jesus Cristo e o que se sucederá após o Juízo Final.

ARTIGO I

A SEGUNDA VINDA DE CRISTO E O DIA DO JULGAMENTO

10-1. GENERALIDADES

A Bíblia fala das “últimas coisas”, ou do fim dos tempos desta terra, sucedido pelo início de uma nova criação⁷³. A finalidade do estudo desse tema não se restringe a “saber o futuro”, mas sim como o crente pode se comportar no presente e manter viva a esperança do futuro, sabendo que Deus sempre cumpre o que promete.

10-2. A SEGUNDA VINDA DE CRISTO

Especialmente no Novo Testamento, a segunda vinda de Cristo é profetizada numerosas vezes. Conforme já visto, é essa vinda que concre-

⁷³ Esse é o estudo da escatologia, do grego ἔσχατος + λόγος (*eskhátos + logos*) ou estudo da extremidade (dos tempos).

tizará a redenção final aos eleitos de Deus, que terão, em seguida, seus corpos ressuscitados e receberão suas recompensas. Quanto aos demais, isso representará sentença condenatória, cuja pena é a de morte.

A segunda vinda de Cristo⁷⁴ será um evento tão histórico quanto o foi na primeira oportunidade. Tendo início quando Cristo expirou na cruz do Calvário, o tempo de ocorrência dessa vinda pertence a Deus, não cabendo ao homem definir ou mesmo divagar se será daqui a cem anos ou vinte minutos: **ele virá a qualquer momento**. Além de repentina, a vinda de Cristo será visível, pessoal, corpórea e gloriosa.

Há, no entanto, uma série de eventos que culminarão com a volta de Cristo, descritos na Bíblia como “sinais”:

- A pregação do Evangelho a todas as nações – isto é, a concretização da obra missionária.
- A grande tribulação.
- O surgimento de falsos cristos e falsos profetas.
- Sinais no céu (escurecimento do sol, queda de estrelas, abalo dos poderes dos céus).
 - Vinda do homem da iniquidade – o “anticristo”.
 - Resgate do Israel eleito, salvo por crer em Cristo, “remanescente segundo a eleição da graça”⁷⁵, e separação dos crentes e incrédulos, tanto dentre os judeus quanto entre os gentios.

Sobre o cumprimento desses sinais, há quem entenda que eles todos possivelmente já ocorreram, ainda que haja probabilidade de esses eventos ainda não terem ocorrido. A justificativa para isso é que a correlação entre os sinais e eventos do passado, como a destruição de Jerusalém em 70 d.C., a prefiguração de anticristos em ditadores históricos como Adolf Hitler

⁷⁴ Em grego *παρουσία* (*parousia*): advento, chegada de alguém da realeza, comparecimento.

⁷⁵ A objeção que se levanta aqui é sobre a restauração do povo de Israel, disperso pelo mundo, ao seu lugar de origem – isto é, à Terra Santa. Torna-se isso, inclusive, como condição para que haja a segunda vinda do Messias. Ocorre que nem o Antigo, nem o Novo Testamento, validam essa condição. O Israel de Deus é o povo crente, salvo em Cristo; para apoiar a ideia de restauração do povo à sua terra, seria necessário que tanto o Templo quanto o sacerdócio e seus sacrifícios fossem restaurados, *o que não acontecerá*. Tanto judeus crentes quanto gentios crentes serão ajuntados num só povo (Ef 2:11-12), cujo sumo sacerdote é Cristo, aquele que foi oferecido como único e eficaz sacrifício em favor dos pecadores arrependidos. Estes são os herdeiros da promessa (Gl 3:27-29), não todo o povo de Israel, ainda que, fisicamente, fossem descendentes de Abraão, como é o caso também dos ismaelitas (nações árabes) que não creem em Cristo. Por fim, é antibíblica a visão de que os judeus salvos serão uma “classe diferenciada” de crentes, visto que não há nem grego nem judeu, mas todos os eleitos são igualmente redimidos em Cristo. Assim, o posicionamento do cristão em favor ou contra os conflitos árabe-israelenses, para fins de cumprimento das profecias da segunda vinda de Cristo, bem como de assegurar a posse da “Terra Santa” aos judeus, não encontra fundamento nas Escrituras. Deve-se orar pela paz e promover-se a paz, mas não para fins escatológicos.

e Josef Stálin, a crescente perseguição de cristãos pela História como aconteceu durante a Idade Média e no auge do comunismo soviético, são elementos de possibilidade do cumprimento desses sinais, ainda que isso pareça improvável, no todo ou em parte. A lição sobre os mesmos, no entanto, é de que, embora a História registre eventos violentos, catastróficos ou mesmo sobrenaturais, *a confiança do crente deve estar não nos sinais, mas sim no fato de que Cristo virá*, e para isso ele tem de estar preparado.

Supera-se, assim, uma enorme porção de assuntos relacionados à segunda vinda de Cristo, sem alardes, sem terror, nem surpresas especulativas.

10-3. O MILÊNIO

Em Ap 20:4 João narra que os crentes “que foram degolados pelo testemunho de Jesus, e pela palavra de Deus, e que não adoraram a besta, nem a sua imagem, e não receberam o sinal em suas testas nem em suas mãos” foram os que “viveram, e reinaram com Cristo durante mil anos”. Esses mil anos, ou milênio, ocorreram ao mesmo tempo em que o dragão, a antiga serpente (Satanás) foi lançada no abismo, ali encerrada e selada (v. 3). Considerando isso, há certos pensamentos circulantes no meio cristão quanto à época histórica em que se dará esse reinado.

Dessa forma, no que diz respeito ao milênio, há três opiniões:

(a) Amilenismo: afirma que o milênio não existe no sentido literal. João teria se utilizado de uma metáfora para descrever a situação atual da igreja, com duração indeterminada, que perdurará até volta de Cristo.

(b) Pré-milenismo: doutrina bastante popular, sua **concepção clássica** afirma que a volta de Cristo ocorrerá antes do milênio, no fim da era da igreja, no qual os crentes ainda vivos fisicamente serão arrebatados, ressurretos juntamente com os já falecidos e ganharão novos corpos; após o milênio é que os não crentes serão ressuscitados para comparecerem ao Juízo Final. Já sua **concepção pré-tribulacionista** – ou **dispensacionalista** – diz que Cristo voltará secretamente antes da tribulação; após esse retorno, haverá sete anos de tribulação, quando Cristo retornará e reinará com os crentes por mil anos até a derrota definitiva de Satanás, o Juízo e “novos céus e nova terra”.

(c) Pós-milenismo: afirma que Cristo voltará após a chamada “era milenar” marcada pela influência mundial do cristianismo, ao final da qual Cristo voltará, procederá ao Juízo e estabelecerá novos céus e nova terra. É posição bastante considerada em épocas de maior avivamento e tida como “otimista”, pois vê o mundo como sendo gradualmente convertido a Cristo.

Em harmonia com o que já foi exposto em outras oportunidades, a corrente **amilenista** se apresenta como a mais coerente com o ensinamento bíblico. As posições milenares se apoiam, em maior ou menor

grau, na literalidade de algumas passagens, em especial Ap 20:1-6, sem se aperceberem de que nada disso foi claramente profetizado, seja nesse livro, seja pelo próprio Jesus ou em outros trechos apocalípticos. O crente não deve esperar por mais mil anos (literais⁷⁶) até que venha o fim, senão que Cristo virá e que todos os eventos apocalípticos ocorrerão no fim dos tempos e serão sucedidos pelos novos céus e nova terra. Assim:

- A era presente, neotestamentária, é a última da História do mundo⁷⁷, seguida pela destruição e pela nova criação.

- *A criação terrestre já vive compreendida no milênio bíblico*, que está longe de ser literal e não é uma circunstância futura.

- O reino celestial já chegou aos crentes, ainda que não em sua plenitude; aos gentios ele diariamente é chegado através da pregação da Palavra por missões e evangelismo; após a conclusão desse trabalho, segundo Jesus, “virá o fim”.

- A grande tribulação – essa sim – ainda vai ocorrer, e será sucedida imediatamente pela volta de Cristo.

- Haverá apenas *uma ressurreição*, não coexistindo várias ressurreições, uma abrangendo os crentes e outra os incrédulos⁷⁸.

- Satanás já foi preso: isso se deu quando Cristo veio pela primeira vez, o que foi claramente demonstrado pelas manifestações de poder e pelo avanço do Evangelho dentre as nações a partir de então. Assim, seu poder foi *limitado* – não extinto, frise-se – pela primeira vinda de Cristo.

⁷⁶ A passagem de 2 Pe 3:8 é frequentemente usada, além de Is 50:10, para justificar, acertadamente, a não literalidade dos “mil anos”. Ressalte-se que Apocalipse é um livro profético, não histórico; logo, suas passagens não podem ser interpretadas como se fosse a narração de um fato histórico, tal como os “seis dias” de Gênesis, este sim um livro histórico.

⁷⁷ Não se defende, aqui, a concepção de **dispensacionalismo**, ou a teoria de que a História é dividida em diversas dispensações, nas quais Deus desenvolve certo tipo de relacionamento com o homem. É de raiz dispensacionalista, por exemplo, acreditar em múltiplas ressurreições, o pré-milenismo, o arrebatamento secreto e outras suposições. Ocorre que o relacionamento desenvolvido por Deus com seu povo não é estanque, marcado por 7 dispensações (inocência, consciência, governo humano, promessa, lei, graça e milênio), cada uma delas envolvendo responsabilidades, um fracasso e um juízo. Essa perspectiva nega que a lei e a graça coexistem conforme os princípios de um Deus imutável; tira do homem a realidade de um relacionamento *pessoal* com Deus; faz com que haja uma injustificável diferença entre judeu e gentio, eliminada repetidas vezes pela Bíblia (p. ex., At 7:38; Hb 12:22-24), deixando de tratar os judeus e os gentios eleitos como um só povo; e, por fim, fazendo pensar se as promessas das “antigas dispensações” valem para hoje, ou se somente o eram para o povo judeu. Assim, rejeita-se essa doutrina.

⁷⁸ O arrebatamento, segundo o contexto de 1 Ts 4:17, ocorrerá *após* a ressurreição dos já falecidos, não antes. Todos os crentes, tanto os já falecidos como os ainda viventes ao tempo do advento, serão arrebatados *em conjunto* para o reino. Ainda, segundo o versículo anterior, esse evento será acompanhado de intenso barulho, com “voz de arcanjo e com a trombeta de Deus”: isso está bem longe da visão de “arrebatamento secreto” daqueles que creem na hipótese dos “deixados para trás”.

Outras incoerências das posições milenares estão: no fato de abrirem possibilidade de convívio entre os crentes glorificados e os incrédulos, afastando a plenitude da glorificação, na qual inexistente pecado e a necessidade de aperfeiçoamento do eleito por novos eventos, sobre os quais a Bíblia, inclusive, nada diz; no pré-milenismo pré-tribulacionista, ao sustentar o “retorno secreto”, insinua uma absurda *terceira vinda de Cristo*; e, sobretudo no pré-milenismo, sugere-se que haverá uma última oportunidade de “aceitação” de Jesus entre o arrebatamento e a grande tribulação, algo demasiadamente especulativo e contrário ao ensino bíblico da predestinação.

10-4. O JUÍZO FINAL

O juízo previsto em diversas passagens da Bíblia é aquele que acontecerá após a ressurreição de justos e ímpios, que comparecerão diante de um mesmo Tribunal, com Cristo como juiz. Todos serão julgados conforme suas obras. O diabo e seus anjos também serão julgados para condenação.

As sentenças já foram estabelecidas: para o eleito e justificado, a vida eterna e o galardão; para o ímpio, a condenação com efeitos eternos. O galardão do justificado, ou recompensa, será atribuído conforme o bem ou o mal que tenha feito com seus corpos. A condenação do ímpio – já selada desde a eternidade conforme o propósito imutável de Deus – está fundamentada na sua natureza pecaminosa, cujo fim é a morte, e em cada um de seus atos pecaminosos, que o afasta eternamente de Deus⁷⁹. Não há embasamento bíblico para afirmar que esse castigo terá fim em algum momento: uma vez sendo a sentença executada, não há no Universo quem a faça voltar atrás. O castigo irreversível e eterno dos ímpios será pago de modo consciente num lugar físico denominado *inferno*, não cabendo ao homem divagar se nele há fogo literal: a garantia bíblica é de que esse lugar é marcado pelas trevas, “onde haverá choro e ranger de dentes”, o que traduz um enorme sofrimento⁸⁰.

⁷⁹ Já comentado no item 6-11, Capítulo 6, o “aniquilacionismo” trata da finalização da sentença condenatória proferida contra os ímpios. Além de esta supostamente conflitar com o caráter amoroso divino, ela alega que o castigo eterno atribuiria ao ímpio uma pena aparentemente desproporcional ao seu pecado. Essa teoria, no entanto, além de deixar de contar com um fundamento sólido das Escrituras, não tem base na própria concepção de pecado, que deve ser analisada do ponto de vista divino e não humano. Conforme já mencionado no subitem 5-10-1, Capítulo 5, o pecado é uma ofensa eterna e absurda, de consequências infinitas e inimagináveis, contra um Deus eterno e de consequências eternas; logo, deve ser pago eternamente. Não há conflito com o caráter amoroso de Deus, marcado, também, pela justiça. Deus não aniquilará sua justiça em favor de pecadores.

⁸⁰ O lugar de castigo dos demônios, segundo o grego de 2 Pe 2:4 em ocorrência única na Bíblia, é denominado “tártaro” (ταρταρόω, *tartaróo*) mesmo termo utilizado pela cultura

A expectativa de juízo atende a diversas finalidades: o crente deve se comportar com ainda mais cuidado em sua vida cristã, procurando render o investimento que lhe é feito pelo próprio Senhor; ele não deve se vingar, pois cada obra contrária que lhe foi realizada – inclusive martírio – será objeto de vingança e justa retribuição por parte de Deus. Nada escapará da atenção divina, pois será feita perfeita justiça.

ARTIGO II

NOVOS CÉUS E NOVA TERRA

10-5. GENERALIDADES

Após a segunda vinda, com a concretização dos seus sinais, outros eventos se sucederão:

- Ressurreição dos mortos, tanto dos justos quanto dos ímpios.
- Juízo e Fim do mundo.
- Consumação do reino de Cristo.

10-6. CARACTERIZAÇÃO

Céus e terra ora destruídos darão espaço a novos céus e nova terra. Ambos são lugares físicos, não estados de natureza mental ou psicológica. Haverá, com isso, a *renovação* da criação divina – não a constituição de uma nova, subentendido – na qual o crente viverá para sempre e atuará livremente para a glória de Deus, que estará sempre ao seu lado. O novo corpo, glorificado, não conhecerá doenças, degeneração ou velhice; ele, porém, continuará a experimentar a finitude de tempo e espaço, bem como a de conhecimento, dado que somente Deus é infinito e este não é um atributo comunicável à criatura.

As bênçãos percebidas abrangerão o ser humano como um todo, não se conferindo elas apenas ao seu espírito. Conforme a gradação do galardão, diferentes porções de graça serão ministradas aos crentes; a comunhão com Deus, no entanto, será a mesma para com todos os salvos, e durará para sempre.

grega para descrever o mundo subterrâneo. *Geena* (grego γέεννα, *géenna*), que também costuma designar o inferno, é o nome de um barranco perto de Jerusalém, onde se descartava lixo e entulho. Já o *Sheol* hebraico (שְׁאוֹל) é o lugar da habitação dos mortos, não necessariamente o inferno; o lugar de destruição ou ruína é chamado de *Abaddon* (אֲבַדּוֹן) em várias ocorrências entre Jó e Provérbios (p. ex.: Jó 26:6; 28:22; Pv 15:11).

ARTIGO III

ATIVIDADES COMPLEMENTARES

10-7. PASSAGENS BÍBLICAS PARA ESTUDO DESTE CAPÍTULO

Selecionamos, a seguir, as passagens mais relevantes para a compreensão dos assuntos tratados por este capítulo. Há diversas outras, mas não pretendemos ser exaustivos nessa relação. Localize-as na sua Bíblia.

ARTIGO	PASSAGENS
I	Dn 12:2; Zc 12:10; Mt 24; 25:13, 31-46; Mc 13; Lc 21:25-27; At 1:11; 8:9-11; 24:15; 17:30-31; Rm 2:6-11; 4:10-12; 8:1; 9-11:1-2; 1 Co 6:2-3; 1 Ts 4:13-18; 5:2; Tt 2:12-13; Hb 9:28; Tg 5:7-9; 1 Pe 4:7; 1 Jo 3:2; Ap 2:16; 20:1-6, 11-15
II	Is 40:1-5; 65:17-25; Ap 21

10-8. QUESTÕES PARA DEBATE OU REFLEXÃO PESSOAL

(a) Por que se criam tantas especulações sobre a segunda vinda de Cristo? Qual a finalidade delas, considerando a propagação da mensagem do Evangelho?

(b) O diabo foi preso na primeira vinda de Cristo. Isso significa que ele esteja solto atualmente? Explique.

(c) Por que o inferno, além de um lugar real, não pode ser ignorado como um lugar de tormento físico?

(d) Por que a nova criação é “renovação” e não algo feito de novo?

ATENÇÃO

Realize, agora, o Exercício de Instrução Prática (EIP) do Manual A-7, como conclusão desta instrução avançada.

10-9. LEITURA BÍBLICA OBRIGATÓRIA

Mantenha a leitura constante e diária. Quando terminá-la, recomece-a, seguindo ou não o esquema sugerido pelo Anexo II.

CONTINUA NO MANUAL DE APOIO A-7

MILITAR CRISTÃO

<http://www.militarcristao.com.br>

Especificamente, a finalidade dessa página é:

- I. “Prover conteúdo relevante e adequado ao usuário final, qual seja, militar das Forças Armadas ou Auxiliares do Brasil, cristãos evangélicos ou não;
- II. Promover integração entre os militares cristãos de todo o Brasil, com possibilidades de se reunir irmãos que não se veem há muito tempo;
- III. Auxiliar nos cultos e reuniões evangélicas, promovidos pelas associações militares nos quartéis, provendo material, como estudos bíblicos, além de discutir ideias para o aperfeiçoamento desse trabalho;
- IV. Fortalecimento e difusão da fé militar, respeitadas a hierarquia e a disciplina”. (NGA 001/2006, art. 4º).

Agora, ponderando, considere os seguintes fatos:

- A extensão do nosso efetivo, bastante considerável;
- O fato de o militar ser, por muitas vezes, o braço do Estado onde nem o Estado vai, sobretudo em áreas de fronteira;
- As diversas movimentações que ele sofre ao longo da carreira;
- O contato diário com pessoas dos mais diversos rincões do País;
- A possibilidade de atuar junto a outras nações, com seu exemplo, nas missões de paz;
- No caso específico das Forças Auxiliares, o contato mais próximo e diário com a população, em situações de tensão e perigo;
- As dificuldades inerentes à carreira, como exposição diária ao perigo (inclusive de perder a vida), de se formar um patrimônio familiar, a instabilidade de relações pessoais duradouras por conta das movimentações, o prejuízo na educação dos filhos e na área profissional do cônjuge;
- O preparo e o emprego da força militar, em situações extremas;
- O elogio que a Bíblia dá ao compromisso, benevolência e fé de militares, como o centurião Cornélio;
- As imensas e evidentes semelhanças entre a vida cristã e a militar.

Diante desses fatores, nota-se o quanto o povo de Deus tem negligenciado o enorme potencial de atuação do evangélico militar. Quando limitamos nossa área de atuação ao louvor e à EBD, não percebemos que, à nossa volta, pode estar alguém que será um homem de Deus a frente de uma batalha, quem levará até as últimas consequências seu compromisso com Deus e com a nação brasileira. Um aluno de um curso de formação hoje pode ser o Marechal, Almirante ou o Brigadeiro amanhã. E ao menos que a Bíblia esteja equivocada (falo como homem), nação se voltará contra nação. O que será do homem da caserna? Quem irá até aquele povo? Quem os ajudará?

A resposta pode estar dentre os civis, que até hoje não descobriram essa missão dada pelo Senhor, ou especialmente dentre o próprio pessoal militar, que ainda encara sua incorporação como uma mera profissão, sem considerar o caráter de missão que ele tem, como integrante das Forças Armadas ou Auxiliares.

Esta é a nossa visão, que compartilhamos todos os dias com você, seja por meio de estudos, artigos, informações, bizus ou, inclusive, por entretenimento nos momentos de folga.

Este é o **Militar Cristão**.

PREZADO LEITOR

Todo auxílio é bem vindo a este ministério, bem como o aperfeiçoamento destes Manuais. Caso tenha alguma sugestão, dúvida, comentário, crítica ou contribuição a dar ao nosso trabalho, encaminhe-os para nós através do sítio **Militar Cristão**, seção **Contato**, ou diretamente ao webmaster pelo endereço eletrônico *webmaster@militarcristao.com.br*. Sua mensagem será analisada e poderá constar de futuras edições. Caso queira também contribuir com textos inéditos, seja de instrução para os grupos militares evangélicos, testemunho pessoal ou doutrina cristã, utilize-se dos mesmos modos de contato já mencionados. Os critérios de publicação estão na seção **Estrutura**. Que Deus te abençoe.

MILITAR CRISTÃO

Militar Cristão. Edificando na caserna.

Conheça os outros manuais da Biblioteca Militar Cristão através do sítio da Internet <http://tinyurl.com/bibliomc>.

AVISO – POLÍTICA DE DIREITOS AUTORAIS



Obra licenciada pela Creative Commons ®: "Atribuição – Uso Não Comercial – Sem Derivações 4.0 Internacional", disponível em http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/deed.pt_BR.

Os infratores estão sujeitos às penalidades cabíveis pela Lei de Direitos Autorais (Lei n.º 9.610, de 19/02/1998), Lei n.º 9.279/1996 e pelo art. 184 do Código Penal Brasileiro (Decreto-Lei nº 2.848, de 07/12/1940), sem prejuízo de eventual ação cível de indenização.

Aviso conforme Anexo I à
NGA 009/2013, alterada
pela NCA 014/2014

Editor responsável: Cleber Olympio

© 2003-2014 Cleber Olympio. Todos os direitos reservados.

Não traduzimos a opinião oficial das Forças Armadas ou Auxiliares do Brasil, nem a de instituições religiosas.

